



**VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY  
MASTER IN EDUCATION SCIENCES**

**EVERALDO RODRIGUES DE SOUZA**

**O OLHAR DOS PROFESSORES DO SENAC, UNIDADE ARACAJU/SE, COM RELAÇÃO  
AO TEMA TRANSGÊNERO EM SALA DE AULA E SUAS CONSEQUENTES AÇÕES  
TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

*THE LOOK OF SENAC TEACHERS, ARACAJU/SE UNIT, REGARDING THE  
TRANSGENDER THEME IN THE CLASSROOM AND THEIR CONSEQUENT  
THEORETICAL-METHODOLOGICAL ACTIONS*

**ORLANDO-FL-USA**

**2021**

**EVERALDO RODRIGUES DE SOUZA**

**O OLHAR DOS PROFESSORES DO SENAC, UNIDADE ARACAJU/SE, COM RELAÇÃO  
AO TEMA TRANSGÊNERO EM SALA DE AULA E SUAS CONSEQUENTES AÇÕES  
TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

*THE LOOK OF SENAC TEACHERS, ARACAJU/SE UNIT, REGARDING THE  
TRANSGENDER THEME IN THE CLASSROOM AND THEIR CONSEQUENT  
THEORETICAL-METHODOLOGICAL ACTIONS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Veni Creator Christian University, na área de Educação, como requisito para obtenção do título de Master in Education Sciences.

**Orientador:** Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira.

**ORLANDO-FL-USA**

**2021**

**International Cataloging-in-Publication Data  
Library - VCCU**

E93t Rodrigues de Souza, Everaldo

The look of SENAC teachers, Aracaju/SE unit, iregarding the transgender theme in the classroom and their consequent theoretical-methodological actions / Everaldo Rodrigues de Souza. – Flórida-USA: Veni Creator Christian University - VCCU, 2021.

76f.

Master in Education Sciences - Veni Creator Christian University - VCCU, Florida-USA, 2021.

Advisor: Auricélia Lopes Pereira, PhD

1. Conduct. 2 Education. 3 School. 4 Homophobic; Transsexual. 5. Bullying.. I. Title.

CDU 370=(134.3)

EVERALDO RODRIGUES DE SOUZA

**O OLHAR DOS PROFESSORES DO SENAC, UNIDADE ARACAJU/SE, COM RELAÇÃO  
AO TEMA TRANSGÊNERO EM SALA DE AULA E SUAS CONSEQUENTES AÇÕES  
TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

*THE LOOK OF SENAC TEACHERS, ARACAJU/SE UNIT, REGARDING THE  
TRANSGENDER THEME IN THE CLASSROOM AND THEIR CONSEQUENT  
THEORETICAL-METHODOLOGICAL ACTIONS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Veni Creator Christian University, na área de Educação, como requisito para obtenção do título de Master in Education Sciences.

**Orientador:** Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira.

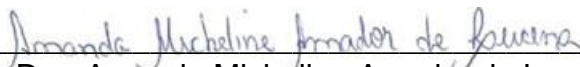
Aprovada em: 20 de dezembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira  
Orientadora



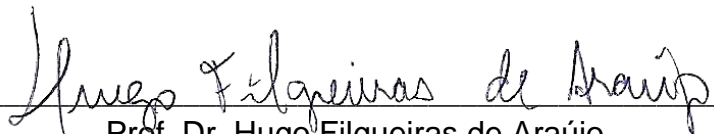
---

Profa. Dra. Amanda Micheline Amador de Lucena  
Professora Examinadora 1



---

Profa. Dra. Marcela Tarciana Cunha Silva Martins  
Professora Examinadora 2



---

Prof. Dr. Hugo Filgueiras de Araújo  
Professor Examinador 3

*“A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir.”*  
Guacira Lopes Louro<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, Ele sabe o quanto quis realizar mais esse sonho. Agradeço a minha mãe (mesmo ausente em alguns momentos por conta do Alzheimer), aos meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas pelas palavras de incentivo, aos meus amigos (Eliete, Ednaldo, Geraldo, Osvaldo, Lourdes, Rosarinho) pela força sempre e em especial a amiga\irmã, Ludmila Farias, por me agüentar em várias conversas e diálogos filosóficos e éticos.

Agradecimento também ao meu amigo e Chefe, Fábio Mello, pela paciência nos momentos de viagem para Recife.

## RESUMO

Sabemos que a escola, assim como seus profissionais são partes importantes na construção do caráter social de uma pessoa, pois é nela em que nossos jovens passam boa parte de seus dias. Sabemos também que a escola em sua grande maioria possuiu um sistema de crenças éticas e moral baseado na cultura da sociedade vigente, o que a pode tornar omissa diante de situações de bullying, principalmente em caso de homofobia. A escola, assim como a sociedade, normatiza, cria regras e padrões e espera que aqueles que se encontra em seu domínio sigam aquilo que lhes é apresentado sem fugir a essas regras, mas e quando isso não ocorre, quando algum sujeito se desvia à norma imposta e segue seu próprio padrão? A presente pesquisa traz a perspectiva de educadores diante da convivência com alunos (as) transexuais e suas atitudes diante de acontecimentos envolvendo esses sujeitos.

**Palavras Chaves:** Comportamento; Educação; Escola; Homofobia; Transexuais; Bullying.

## **ABSTRACT**

We know that schools as their professions are important parts in a person's social build character, that's happen because it is the place that our youngers stay the biggest part of theirs days. We also know that in your biggest numbers, schools have an ethic belief and moral system based on the actual society's culture, what can makes it be silent about bullying situations, principally in homophobic situations. The school as the society makes rules and models and hopes everyone that is on its domain follow this rules without run of from it, but when this doesn't happen, when a subject departs from this imposed norm and follow its own way? The present search brings the educators' perspective facing the coexistence with transsexual students and their attitudes in face of events involving these subjects.

**Key Words:** Conduct; Education; School; Homophobic; Transsexual; Bullying.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
- AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
- CAIS - Centro de Apoio e Inclusão de Travestis e Transexuais
- CFP - Conselho Federal de Psicologia
- CID - Classificação Internacional de Doenças
- COG - Conversion Our Goal, or Change Our Goal
- DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)
- FTM - Female to male (Homem para mulher)
- GAT - Groupe Activiste Trans (Grupo de ativismo Trans)
- GGB - Grupo Gay da Bahia
- HIV - Human Immunodeficiency Virus (Vírus de Imunodeficiência Humana)
- ILGA - International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Transgêneros e Intersexos)
- LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos
- LGBT - Lésbicas, Gays, Bixessuais e Transgêneros
- MEC - Ministério da Educação
- MPF - Ministério Público Federal
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- ONG - Organização não governamental
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- STAR - Street Transvestites Action Revolutionaries (Ação Revolucionária dos Travestis de Rua)
- STJ - Superior Tribunal de Justiça
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PDC - Projeto de Decreto Legislativo
- PL - Projeto de Lei PL
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
- PT - Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

Introdução	11
1.0 TRANGESRISMO: Fatos e História	14
1.2 Movimento Transexual: Início, Meio, mas não um Fim	24
2.0 Sobre Gênero e a desconstrução do masculino e do feminino	32
2.1 Transgênero, uma identidade	37
2.2 Transgenerismo x Escola	43
2.3 Estratégias Metodológicas	49
3. Eu e minha realidade: Experiências particulares em dados de análise	57
4. Considerações Finais	70
Referências	72
Anexos	75

## Introdução

Estudar o comportamento das pessoas ou situações que as envolvesse, sempre foi algo que me chamou a atenção e despertou interesse, pois aprender com o outro desperta em mim grande alegria, desse modo vi na realização desse trabalho a oportunidade de aprender sobre um determinado tema de forma mais abrangente e ao mesmo tempo tentar apreender sobre o comportamento de determinadas pessoas quando confrontadas a respeito de tal tema.

Ao pensar em realizar um estudo sobre o tema do transgenerismo várias idéias me passaram pela cabeça e o trabalho como está sendo apresentado agora sofreu diversas mudanças desde o primeiro momento em que pensei em escrevê-lo e em meio a tantas leituras fui descobrindo e redescobrando o meu objeto de pesquisa.

O tema do transgenerismo não é só polêmico, ele é também necessário diante de fatos que marcam nosso dia a dia de violência contra pessoas transgênero. Ele é polêmico por se desviar as regras de uma sociedade heteronormativa e que acredita ser o seu modelo de comportamento o único que se encaixa dentro do que é ser “normal”, no entanto essa normatividade está a cada dia sendo superada pelo direito de liberdade individual assegurado pela Constituição Federal brasileira e também em diversos locais do mundo, onde durante as últimas décadas, pesquisas nos campos que estudam o comportamento humano trouxe luz sobre o tema transgenero e possibilitou mudanças nos direitos civis, na vida social e cultural, até na linguagem técnica, e onde antes era diagnosticado como um transtorno mental, hoje recebe a nomenclatura para alguns de disforia de gênero, e não é mais entendido como um transtorno, uma patologia, mas sim como umas questões de identidade, por isso alguns autores, sobretudo no campo das ciências humanas acreditam ser adequado falar em transgeneridade.

O termo transgênero se refere a uma pessoa que se sente pertencente ao sexo oposto ao do seu nascimento, ou pertence a ambos ou nenhum dos dois sexos tradicionais, incluindo travestis, transexuais, intersexuais, *Drag Queens* e *Drag*, ou seja, são aqueles que fogem ao padrão heteronormativo e identificam-se fora da norma e em consequência disso sofre preconceitos e violências principalmente quando essa fuga da normatização é expressa fisicamente.

Jovens e adolescente são grandes alvos de violências nas escolas em diferentes idades e etapas de suas vidas. Estudos mostram que é grande o número de jovens que ao sofrerem com o *bullying* homofóbico deixam de frequentar a escola por se sentirem constrangidos, acuados e humilhados, comprometendo assim seu futuro social e cultural.

A dificuldade vivida por esses jovens podem ser amenizadas e até mesmo sanada se a escola cumprir os seu papel de educadora e formadora de cidadãos, mas para tal é necessário que ela, a escola esteja em si consciente da necessidade de acolher e assegurar o bem estar de todos independente de sexo, identidade de sexo, cor, etnia ou religião, somente dessa forma a escola estará realmente exercendo seu papel.

O presente trabalho traz o tema do transgenerismo na Escola e como os profissionais da educação lidam com esse tema em sala de aula e no cotidiano diante de situações vivenciadas por eles. Traz ainda o ponto de vista desses professores e suas experiências ou falta delas com alunos transgenero e suas famílias.

Sabemos da urgência necessária de que haja reflexões acerca de outras sexualidades e identidades presentes em nosso cotidiano e os educadores precisam saber lidar com essa necessidade e com a homofobia no espaço escolar. O professor deve entender essa urgência e trazer junto com a escola esse debate para sala de aula, para que assim todos possam aprender a respeitar a individualidade e a escolha de cada indivíduo para assim poder de fato inseri-lo na sociedade sem estigmatizá-lo.

O presente trabalho é, pois apresentado em três capítulos, os quais trazem diferentes aspectos do transgenerismo e da vida de pessoas transgênero no Brasil e no mundo.

O primeiro capítulo “Transgenerismo: Fatos e História” trazem de forma sucinta acontecimentos que marcaram a ascensão do transgenerismo, os primeiros estudos de caso, as primeiras cirurgias de redefinição de sexo, a patologização do mesmo e todas as lutas e reivindicações por direitos e reconhecimento.

O segundo capítulo “Sobre Gênero e a desconstrução do masculino e do feminino” traz a discussão do que é gênero, identidade de gênero e identidade sexual. Traz também a definição do que é o transgenerismo e as vivências das pessoas transgenero dentro e fora da escola, além de pontuar as políticas públicas

existente no Brasil criadas para se trabalhar a educação sexual voltada para a compreensão e aceitação das diferentes identidades de gênero. Ainda nesse capítulo apresentamos as estratégias usadas para a realização da pesquisa e os teóricos que abraçamos para junto conosco construir o presente texto.

O terceiro capítulo “Eu e minha realidade: experiências particulares em dados de análise” três trazem a análise de dados obtidos através de questionário semi-estruturado e que foi respondido por Professores do SENAC, unidade Centro, Aracaju. Esses dados são a base para a realização desse estudo e nos traz informações sobre a realidade desses professores e suas experiências com alunos (as) transgênero.

Em “Considerações Finais” concluímos nosso trabalho trazendo a conclusão dos diálogos entre teóricos e os dados obtidos. Nesse momento explanamos aquilo que nos foi revelado durante toda escrita com base em informações que enriquecem o texto e revelam a necessidades de diálogos com o presente tema.

## 1. Transgenerismo: Fatos e História

Antes de falarmos sobre sexualidade, gênero, transgênero e o uso da palavra transgenero enquanto uma definição social ou de gênero, vimos à necessidade de trazer nosso olhar para o contexto histórico do uso dessa definição no meio científico enquanto patologia, no meio histórico enquanto divisor de águas ao se tratar de um assunto delicado e polêmico do que é ser uma pessoa transgênero e no meio social ao se falar de identidade social, auto reconhecimento e as lutas sociais para a aceitação jurídica e social da pessoa.

A transexualidade se fundamenta no não reconhecimento entre sexo biológico e o gênero pelo qual uma pessoa se auto reconhece e deseja ser reconhecida socialmente. No século XIX o discurso médico estabeleceu o travestismo e a inversão sexual como uma correlação direta, discurso esse presente até os dias de hoje e que descreve a homosssexualidade feminina com “masculinização”, destacando-se especialmente a vestimenta como algo que define o que é ser feminino ou masculino. Tais estudos realizados na metade do século XIX mostra em sua maioria a vontade científica em nomear e catalogar os desvios vinculados às práticas sexuais, assim como as transgressões dos códigos de reconhecimento social, muito mais que a vontade de entendê-los. Sob o discurso de regular o sexo para o poder coletivo, o poder médico passa a ditar diagnósticos, categorizar condutas perigosas e propor terapêuticas aos comportamentos indesejados, para defender a sociedade dos sujeitos degenerados e seus comportamentos que representariam uma espécie de perigo biológico para os demais. A partir desse contexto, a transexualidade passou a ser categorizada pela psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia, doença de desvio do comportamento, onde o sujeito transvestia e se comporta se espelhando no sexo oposto.

No ano de 1910 o endocrinologista e professor alemão Magnus Hirschfeld, inaugurou as publicações sobre o tema da mudança de sexo em humanos, com o livro intitulado *Die Transvestiten*. Nessa publicação Hirschfeld incluía na categoria *transvestite*, aqueles que apresentavam uma identificação com o gênero oposto, e desejavam vestir-se como tal. Tal declaração não veio com a intenção em retirar o transexualismo da categoria das perversões, sua preocupação era separar as formas de homossexualidade e caracterizar o transvestismo como uma prática não

homossexual, já que o desejo pelo sexo oposto existia. Mais tarde, em 1923, Hirschfeld utilizou a formação *transexualpsíquico* (CASTEL, 2001), ainda nesse momento sem atribuir o termo *transexual*, não tinha adquirido a conotação que mais tarde lhe foi atribuída. Para Hirschfeld, hermafroditas, andrógenos, homossexuais e travestis, faziam parte daquilo que ele denominou intermediários sexuais, ou variações anômalas do masculino e do feminino.

Até os anos 20 as cirurgias experimentais de modificações sexuais, foram escassas e se concentraram principalmente na Europa. Em 1945, após algumas experiências com cirurgias de faloplastia em combatentes da primeira guerra mundial, o médico neozelandês, Harold Gillies, quase trinta anos depois quando já se havia introduzido as cirurgias de transformação genital, são solicitadas a realizar uma cirurgia de construção de um pênis em Laura Dillon que quando conheceu Gillies, após um tratamento de testosterona já vivia como homem, com o nome de Michael. A cirurgia de Laura/Michael Dillon, realizada por Gillies, foi reconhecida como a primeira cirurgia transexual de mulher para homem. Já as cirurgias completas de transformação genital foram iniciadas entre as décadas de 20 a 30 e são atribuídas a Hirschfeld e à equipe do Instituto de Ciência Sexual em Berlim. As mais conhecidas são as de Dorchen Richter, que se submeteu à castração, à remoção do pênis e à construção de uma vagina, entre os anos 1922 e 1931, e a de Rudolf Richter realizada por Felix Abraham, então aluno de Hirschfeld, que iniciou as intervenções cirúrgicas em 1921 e finalizando nove anos depois (idem, 2001).

O auge das cirurgias de mudança de sexo na Alemanha, e conseqüentemente no Instituto de Hirschfeld, se deu no início da década de 30, após a publicação de artigos científicos que descreviam e ilustravam as cirurgias já realizadas. Após as publicações desses estudos, houve um maior interesse de candidatos a esse tipo de cirurgia, provenientes de outros países da Europa inclusive dos Estados Unidos. Há ainda em destaque e com repercussão internacional do caso Lili Elbe, nascida com o nome masculino de Einar Wegener. Em 1931, tendo superado as cirurgias de castração, remoção do pênis e implantação de ovários, Lili Elbe, ao se submeter à nova cirurgia para a constituição da vagina, morre de insuficiência cardíaca. O caso de Lili Elbe virou filme sob o título *The Danish Girl* (2015). Em 1933, o Instituto de Ciência Sexual de Berlim é obrigado, pelos nazistas, a encerrar seus trabalhos e experimentos, tendo todo o material de pesquisas e livros queimados. Hirschfeld, socialista, judeu e homossexual é enviado ao exílio, onde morreu dois anos depois.

Assim como na Europa, as cirurgias de mudança de sexo começaram a ser realizadas nos Estados Unidos que com o suporte da mídia americana através de jornais, revistas e posteriormente radio e TV, veiculava as histórias de *Sex Change*, e apesar de no início do século XX a designação transexual ainda não ter sido estabelecida, os meios de comunicação nos Estados Unidos, possibilitava o acesso das pessoas interessadas aos hospitais, institutos e profissionais especializados em realizar tais cirurgias. Entre os casos desse período o mais expressivo e com grande repercussão na mídia internacional, é o do ex-soldado americano, George Jorgensen que tem sua história de transformação sexual publicada na primeira página do *New York Daily News*, em 1952, com a seguinte manchete: “Ex-soldado americano transforma-se em bela mulher loira” (LONG apud ARAUJO, 2010).

O caso de George Jorgensen foi realizado por um médico endocrinologista dinamarquês que durante dois anos acompanhou o resultado da ingestão de hormônios por parte de George associado a avaliações psiquiátricas. Os resultados da ingestão dos hormônios incluíam a atrofia dos testículos, diminuição da testosterona e da libido sexual, escurecimento da pigmentação dos mamilos nas áreas genitais. Além dos hormônios, técnicas como a eletrólise para o desaparecimento dos pelos faciais foram usadas. A cirurgia de Jorgensen para a mudança de sexo foi realizada sem a construção da vagina por recomendação médica, sendo feita somente a remoção do pênis, pois o desejo expresso da paciente era de parecer e viver como uma mulher, definindo em seu transexualismo que a aparência do gênero era mais importante que a obtenção do sexo anatômico. Christine Jorgensen (como passou a se chamar) não se referia a si mesmo como uma mulher, no corpo de um homem, mas como perdida entre os sexos. Esta afirmação, que expressa uma condição física, mais do que psicológica, descarta a possibilidade, afastada por ela, de ser reconhecida como homossexual.

A experiência e o discurso de Christine trouxeram para o estudo da sexualidade antes tido como algo fixa e determinado uma reflexão sobre as categorias de sexo e de gênero. Na tentativa de definir o sexo, a maior parte dos esforços científicos foram realizados para separar as características sexuais primárias como genitais, ovários, testículos, hormônios, das características secundárias como roupas, diferenças físicas e de caráter, diferenças essas dadas com a separação do sexo anatômico do sexo funcional e que orientou durante muito tempo o modo de agir e de pensar de homens e mulheres e que afirmava a lógica heteronormativa

(BUTLER, 2003 ). Ou seja, um homem era considerado naturalmente masculino com traços masculinos e com o desejo sexual direcionado a mulheres, uma mulher era naturalmente feminina com traços femininos e com desejo sexual direcionado ao gênero masculino, numa compreensão do determinismo biológico para o sexo, e que, no entanto começava a mudar.

Antropólogos como Margaret Mead, Julianne Imperato-MacGinley, Bronislaw Malinowski, Karen Horney trazem discussões sobre a capacidade do sexo anatômico em não trazer explicações correspondentes aos papéis ou aos comportamentos sexuais, como definidos antes e em consequência disso no final do século XX já se apresentavam três categorias distintas de análise do sexo: a sexualidade, o gênero, e o sexo biológico. A sexualidade representa a conotação erótica do sexo, as fantasias e desejos; o gênero diz respeito à masculinidade, à feminilidade e aos comportamentos associados a cada gênero como definido pela sociedade em que se encontra; o sexo biológico se refere aos genitais, genes, hormônios, cromossomos e marcas físicas, modificáveis ou não. Passa-se a estudar gênero, sexualidade e sexo como categorias construídas, definidas e redefinidas nas performances sociais e culturais dos indivíduos e enquanto concepções que rejeitam a ideia de sexo como biologicamente imutável e universal.

A vida de Christine Jorgensen trouxe muitos debates para a área da sexualidade, biologia, psicologia e da tecnologia médica para a redefinição corporal. A partir da história de Christine, temos no século XX, a reconceituação do sexo no e a própria história da transexualidade, assim como as concepções de que o sexo biológico é mutável, a possibilidade de defini-lo e redefini-lo, dividi-lo em suas partes constituintes, modificar algumas dessas suas partes, além de entender que noções como macho e fêmea não são opostos, que os gêneros não determinam os contornos do desejo sexual e masculinidade e feminilidade não são consequências automáticas do sexo biológico, ao contrário não existem desejos originais, assim como não há sexualidade pré-definida.

O primeiro uso do termo *transexual* teve origem em 1949, em um artigo do sexólogo David Cauldwell, no qual ele faz referência a um pedido de "transmutação" de mulher para homem como um caso de *transexualis psychopathia*. Cauldwell, era um cirurgião renomado que se interessou pela anatomia sexual desde criança e após atuar como neurocirurgião pós a guerra de 1949, concentrou seus estudos no estudo da sexualidade e da psicologia. No arquivo intitulado *Psychopathia*

*Transsexualis*, Cauldwell descreve indivíduos cujo sexo biológico de nascimento não é o mesmo pelo qual se reconhecem, e distinguiu sexo biológico do sexo psicológico e entende a *transsexualis psychopathia* como uma categoria sexual independente da intersexualidade e de outra patologia glandulares. Ele defende que os indivíduos sexuais são produtos sociais, principalmente de ambientes infantis desfavoráveis. Cauldwell diferencia transexuais de intersexuais, considerando para o primeiro, intervenções cirúrgicas para ajuste psicológico e para o segundo, como ajuste físico. O médico acreditava também que a não correspondência do sexo biológico com o psicológico podia acarretar em desequilíbrio mental (SCHILT, 2008).

O psicólogo Harry Benjamin em 1953, partindo de uma perspectiva biológica, defendia a idéia de que o "sexo" era composto de vários sexos: o genético, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, entendendo que o sexo cromossomático (genético) seria o responsável pela determinação do sexo e do gênero. Já em 1975, fundamentado na teoria psicanalítica, o psicanalista Robert Stoller, afirmava que uma criança gostar de brincadeiras ou de se vestir com roupas de outro gênero seria indicativo de uma sexualidade "anormal", na sua explicação conceitual, tal comportamento transexual estaria na ideia de que a mãe grávida ao sentir desejo sexual para um homem, transferia esse desejo para o filho (STOLLER apud BENTO, 2006).

Ambos estudiosos, Stoller quanto Benjamin definiram critérios para o diagnóstico do que seria o "verdadeiro transexual", sendo então a partir daí, durante as décadas de 60 e 70 que os clínicos começaram a usar o termo "Verdadeiro Transexual", para designar aqueles que, na perspectiva médica, viveriam melhor após um curso terapêutico que culminaria com a cirurgia genital (idem, 2006, p. 137).

Em 1973, John Money, Norman Fisk e Donal Laub criam o conceito de "Disforia de Gênero" para designar a transexualidade como um distúrbio de gênero. E em 1987, a transexualidade, chamada de transexualismo, foi incluída no DSM III - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais) (CASTEL, 2001) para os indivíduos com "disforia de gênero". Para que indivíduos fossem diagnosticados com tal 'distúrbio' – "disforia de gênero"- o mesmo precisaria demonstrar um interesse contínuo durante, pelo menos, dois anos em transformar o sexo do seu corpo e o status do seu gênero social.

Desde 1993, pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as pessoas transexuais apresentam um Transtorno de Identidade Sexual. Posteriormente, em 1994, com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM IV, o termo transexualismo, utilizado até então, foi substituído Desordem de Identidade de Gênero, já na sua última versão, em 2001, o DSM trocou “Desordem” por “Transtorno de Identidade de Gênero” (GARCÍA, 2009; ATHAYDE, 2001). Atualmente existe mais de 100 organizações e quatro redes internacionais na África, Ásia, Europa, América do Norte e do Sul engajadas na campanha pela retirada da transexualidade do DSM e do CID.

O drama da sexualidade não deve ser visto no âmbito de uma patologia, a necessidade da ciência biológica e psicológica em enquadrar o indivíduo dentro de uma heteronormatividade e de um binarismo de gênero entra em choque com a necessidade individual de cada ser. É necessário considerar que as pessoas que reivindicam uma transformação física fora da norma, o fazem para se sentirem de acordo com as normas de sexo e gênero que existem em nossa sociedade. Diante desse cenário, O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em Maio de 2011, lançou apoio à Campanha Internacional Stop Trans Pathologization - 2012, através do Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans (travestis, transexuais e transgêneros). A campanha objetivava que, na versão revisada do DSM-V, prevista para 2012, e da CID 11, prevista para 2014, tais identidades fossem retiradas do rol dos chamados transtornos, além disso, previa também retirada da menção de sexo dos documentos oficiais, abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersexo, o livre acesso aos tratamentos hormonais e as cirurgias sem a tutela psiquiátrica, a luta contra a transfobia propiciando a educação, inserção social e a laboral das pessoas trans. Para as pessoas transexuais que precisam utilizar os serviços públicos de saúde, entretanto, existe uma preocupação de, caso ocorra a despatologização, pois, o Estado pode vir a se desobrigar de custear as cirurgias de modificações corporais, tratamento hormonal ou qualquer outro tipo de tratamento.

Ações transnacionais em conjunto com ações locais possibilitam mudanças sociais importantes. Graças ao ativismo do Movimento Transgenero, e de associações como o *C'est Pas Mon Genre*, *Groupe Activiste Trans (GAT)*, *OUTrans*, *ORTrans* e *Trans Aide*, que desde 2010 na França, a transexualidade já não é mais considerada uma patologia. A Espanha tem estado na vanguarda internacional ao aprovar direitos das chamadas “minorias sexual” (LGBT), tendo reconhecido alguns

direitos às/aos transexuais, como a Lei de Identidade de Gênero, já o governo espanhol em 2010 solicitou junto à Organização Mundial da Saúde a retirada da transexualidade como doença do Código Internacional de Doenças. Avanços como esses só foram possíveis graças ao ativismo do Movimento LGBT, e mais particularmente do Movimento Transgenero.

A Suprema Corte de Cassação da Itália decidiu que, para mudar de sexo na carteira de identidade, o transexual não precisa de intervenção cirúrgica para redefinição do sexo, para isso o requisitante basta comprovar que se sente de um gênero diferente do seu corpo. As legislações de países como a Suécia, Alemanha, Holanda, Itália Espanha, Inglaterra, Uruguai e de alguns estados do Canadá e dos Estados Unidos, consagram os direitos dos transexuais. Igualmente o reconhecem, por outras vias, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Turquia, Portugal, França, Peru e Colômbia, entre outros. No entanto, mesmo com a despatologização do transexualismo na França as pessoas trans ainda encontram barreiras para obterem reconhecimento social, ao se depararem com dificuldades para ao realizar alteração da menção do sexo na carteira de identidade, pois segundo o um relatório do governo apresentado em 2010, essa mudança que é garantida por lei fica à mercê da boa vontade dos tribunais regionais e o processo pode levar anos (Anjos, 2014). Aqui no Brasil, a legislação ainda não possui uma resolução definitiva sobre a questão da despatologização ou da identidade social das pessoas trans, no entanto em ação inédita ocorrida em Maio de 2017, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu após ação movida por uma transexual mulher, que a mesma pode mudar o sexo registrado em sua identidade civil sem necessidade de realizar uma cirurgia de mudança de sexo. A decisão foi tomada após os ministros dos STJ acolherem pedido de modificação de nome e de gênero de uma transexual que apresentou uma avaliação psicológica pericial para demonstrar que se identificava desde a infância como mulher. O caso é individual, mas abre precedentes para uma modificação da lei, já que na concepção dos magistrados que deferiram a sentença *“o direito dos transexuais à retificação do registro não pode ser condicionado à realização de cirurgia, que pode inclusive ser inviável do ponto de vista financeiro ou por impedimento médico”* (G1, 2017).

Os movimentos transexuais ao lutarem contra a patologização defendem o direito de todos se expressarem a partir dos atributos convencionados como femininos e masculinos que julgarem convenientes, sem com isso receber

classificações ou sanções sociais. Defendem também, o direito de todas as pessoas se desejarem, modificar seus corpos livremente de modo a adequá-los às suas necessidades particulares e contingentes. Para os grupos que lutam por esses ideais, retirar o estigma da patologização e dizer que a transexualidade é uma questão de gênero e não de doença, é dignificar a escolha de cada um sobre seu próprio corpo e sua própria vida.

Apesar das diversas manifestações públicas da população LGBT contra a oferta de terapias de reversão sexual, no dia 15 de Setembro 2017, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, concedeu uma liminar que, na prática, torna legalmente possível que psicólogos ofereçam pseudoterapias de reversão sexual, ou seja, de cura. A liminar concedida por Carvalho atende, de forma parcial, a uma ação movida contra o Conselho Federal de Psicologia, por Rosângela Alves Justino, que pedia a suspensão das regras do órgão. Rosângela é Psicóloga de formação e missionária. No entanto teve seu registro profissional cassado em 2009 porque oferecia pseudoterapias para curar a homossexualidade masculina e feminina. Na véspera do seu julgamento em 2009, a Psicóloga afirmou dizer que pessoas têm atração pelo mesmo sexo *"porque foram abusadas na infância e na adolescência e sentiram prazer nisso"*. Além disso, também declarou que *"o movimento pró-homossexualismo tem feito alianças com conselhos de psicologia para implantar a ditadura gay no país"*. Por fim admitiu: *"Tenho minha experiência religiosa que eu não nego. Tudo que faço fora do consultório é permeado pelo religioso. Sinto-me direcionada por Deus para ajudar as pessoas que estão homossexuais"* (BETIM, El País- Brasil, 2017).

Na liminar concedida, Carvalho não defende explicitamente a “cura gay” e nem substituí a resolução do CFP que, desde março de 1999, proíbe esse tipo de prática. Na realidade, em seu texto ele deixa claro que, ao analisar o caso, adotou como premissa o posicionamento da Organização Mundial da Saúde, diz que a homossexualidade constitui uma variação natural da sexualidade humana, e não pode por tanto, ser considerada como condição patológica, passível de cura. No entanto, contraditoriamente, Carvalho determina que o órgão altere a interpretação de suas normas de forma a não impedir os profissionais a promoção de estudos ou atendimento profissional, de forma reservada, referente à (re) orientação sexual, para aqueles que lhes procurarem, garantindo desse modo, a plena liberdade

científica acerca do tema, sem qualquer censura ou necessidade de licença prévia, como nos mostra trecho da liminar:

assim, a fim de interpretar a citada regra em conformidade com a constituição a melhor hermenêutica a ser conferida àquela resolução deve ser aquela no sentido de não privar o psicólogo de estudar ou atender àqueles que, voluntariamente, venham em busca de orientação acerca de sua sexualidade, sem qualquer forma de censura, preconceito ou discriminação até por que o tema é complexo e exige aprofundamento científico necessário. (CFP, 2017).

Na opinião do juiz Carvalho, sua resolução não ofende os princípios maiores da Constituição, uma vez que a própria garante a liberdade científica, assim como a plena realização da dignidade da pessoa humana, inclusive sob aspectos da sexualidade. Desse modo, segundo Carvalho, ele não chega a anular a resolução, mas determina que os profissionais possam estudar e exercer a livre profissão com aqueles que voluntariamente busquem orientação acerca de sua sexualidade. Entretanto, em nota publicada na internet em seu site oficial, o CFP afirma que vai recorrer à decisão tomada pelo juiz Carvalho e teme que tal resolução enfraqueça a Resolução 01/99 pela disputa de sua interpretação. O órgão ainda acrescenta que o Judiciário comete um equívoco ao desconsiderar a diretriz ética que embasa a resolução 01/99, a qual é reconhecer como legítimas as orientações sexuais não heteronormativas, sem as criminalizar ou patologizar.

Para o psicólogo Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Secretário do Conselho Federal de Psicologia, a decisão do Juiz Carvalho transforma a resolução 01/99 numa letra morta, ao pedir que o CFP reveja sua norma. No dia 21 de Setembro de 2017, Bicalho entrou com um recurso para tentar reverter à decisão do Juiz, rebatendo os argumentos do magistrado. Em seu recurso Bicalho afirma que Psicólogos sempre puderam atender as pessoas com dúvidas sobre sua orientação sexual.

Em entrevista ao site El País - Brasil (2017), Bicalho declara que o Juiz Carvalho que distorce uma resolução que impõe os limites éticos e técnicos da profissão de Psicólogo, abrindo brechas para uma má interpretação a lei. Para Bicalho, a liminar proferida é extremamente perigosa por que:

em primeiro lugar, é a justiça dizendo para uma profissão regulamentada de que modo ela deve conduzir seus limites técnicos, [ou seja, como a psicologia deve entender o modo de fazer um tratamento]. O segundo

perigo é que não existem evidências científicas de que os ditos tratamentos de reorientação sejam eficazes. Mas, por outro lado, existem muitas evidências científicas sobre a possibilidade de estrago psíquico que esse tipo de coisa produz (EL PAÍS- BRASIL, 2017) grifo do autor.

Como Presidente do Conselho Federal de Psicologia, declarou Rogério Giannini:

Entendemos que esta liminar não agrega nenhum benefício para a discussão da causa e ainda traz graves prejuízos à população LGBT. Consideramos que, neste caso, a interferência extrapola a competência do Judiciário, ao dizer como um conselho profissional deve interpretar a sua própria norma (CFP, 2017).

A partir de 1999, quando a resolução 01/99 foi publicada, foi declarada que o trabalho do Psicólogo junto a pessoas de qualquer orientação sexual seja ela heterossexual, homossexual, ou bissexual, é de acolhimento. Ou seja, a resolução não impede que o Psicólogo atenda qualquer pessoa com dúvida sobre sua orientação sexual, ela apenas coloca um limite ético neste atendimento, e esse limite está em dizer que a cura e a reorientação não são possíveis, porque não é uma doença para ser curada e não é um desvio para ser reorientado. Assim como não impede o acolhimento e a orientação, a resolução não impede a pesquisa científica, como declarada por Carvalho em sua liminar, isso porque o Conselho Federal de Psicologia não é capaz de censurar nenhum tipo de pesquisa, já que essas são reguladas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Durante a audiência de justificativa prévia, realizada dia 15 de setembro 2017, o Ministério Público Federal se manifestou contrário à suspensão da Resolução 01/99 proposta pelo Juiz Carvalho. O representante do MPF responsável em presidir a sessão, declarou já ter o próprio órgão analisado em outras ocasiões, processos disciplinares relacionados à Resolução 01/9, podendo desse modo confirmar a legalidade e constitucionalidade da norma. Além do MPF, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), O Instituto Latino Americano de Direitos Humanos, O Centro de Apoio e Inclusão de Travestis e Transexuais (CAIS), o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero e a Aliança Nacional LGBT, se manifestaram contrários à decisão de Carvalho.

Bicalho acredita que mesmo diante de toda a situação, o CFP, assim como o movimento LGBT saíram vitoriosos já que a atenção da população foi atraída para a situação, já que um grande número de manifestações contrárias a liminar pôde ser vista nas redes sociais existentes na internet durante toda a semana seguinte.

## 1.2 Movimento Transexual: Início, Meio, mas não um Fim

O Movimento Transgênero moderno foi iniciado por dois eventos ocorridos nos Estados Unidos no final dos anos 1960, e pela publicação de dois livros vinte anos após esses eventos. O primeiro evento aconteceu em 1966 durante a efervescência da luta por direitos sociais liderado por negros e mulheres, nesse episódio a polícia foi chamada para retirar vários clientes da Cafeteria Compton, em Tenderloin, São Francisco, um bairro onde moravam travestis, transexuais femininas e outros transgêneros, vítimas freqüentes de discriminação legal. O segundo evento aconteceu em 1969, em Nova York, quando a polícia invadiu o Stonewall Inn, um bar em Greenwich Village, que atendia também pessoas como as do bairro Tenderloin. Uma multidão de *drag queens*, *butchs*, e outros indivíduos transgênero enfrentaram a polícia, provocando a revolta de Stonewall, que formalmente é conhecida como o início do movimento pelos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos (GARII, 2007).

A resposta ao primeiro evento pela comunidade foi imediata à ação da polícia, o que resultou em um pequeno tumulto e diversas prisões. Este evento demonstrou a necessidade de uma organização comunitária; sendo assim, um ano depois, um grupo local de transexuais femininas fundou o COG (Conversion Our Goal, or Change: Our Goal), que, apesar do curto tempo de existência, lançou as bases para outras organizações semelhantes na Califórnia, como, por exemplo, a *National Transexual Counseling United* e a *Transexual Action Organization* (Beemyn, 2008), assim como aconteceu em São Francisco, o evento em Nova York deu origem ao STAR (*Street Transvestites Action Revolutionaries*) e ao *Queens Liberation Front* (BEEMYN, 2008).

Tais eventos, apesar de terem recebido pouca cobertura da mídia na época, são ícones do movimento LGBT nos Estados Unidos, assim como os livros de Pat Califia e Leslie Feinberg. No entanto as organizações transexuais fundadas nos Estados Unidos no final dos anos 70 e 80 centraram seus esforços principalmente no apoio pessoal e na socialização que propriamente em protestos e ativismo militante. A organização política das comunidades transgênero somente ganhou expansão a partir da década de 1990, incluindo a partir daí em sua demanda o fim da violência contra pessoas transgêneros, assim como seus direitos.

Entre tantos movimentos que surgiram nos Estados Unidos vale a pena citar O *Labyrinth Foundation Counseling Service*, fundada por Mario Martino no final dos anos 1960 em Nova York, e a *FTM<sup>2</sup> Internacional*, fundada por Lou Sullivan, que é a principal organização de defesa para os FTM<sup>3</sup>s (BEEMYN, 2008). Nesse cenário ativista, vale destacar o surgimento da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association (ILGA)*. A ILGA é uma federação mundial que congrega grupos locais e nacionais dedicados à promoção e defesa da igualdade de direitos para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI) em todo o mundo. Fundada em 1978, a ILGA reúne entre seus membros mais de 670 organizações, representando, assim, mais de 110 países, oriundos de todos os continentes (GARII,2007).

Ainda em nos EUA, o Harvey Milk, um político assumidamente homossexual mais importante da história, por seu pioneirismo, coragem e liderança, assumia a um cargo público na Califórnia, São Francisco. Em 11 meses de mandato, Milk consegue importantes vitórias, como a aprovação de lei sobre os direitos dos gays na Cidade. Em 27 de novembro de 1978, Milk e o Prefeito George Moscone foram assassinados por Dan White, um homofóbico e conservador supervisor da cidade, que tinha recentemente renunciado mas desejava seu posto de volta. Conflitos entre as tendências liberais que foram responsáveis pela eleição de Milk e a resistência conservadora a essas mudanças foram evidentes nos acontecimentos seguintes aos assassinatos (PIMENTA, 2015).

No Brasil o movimento em defesa dos direitos dos então chamados “homossexuais”, nasce no final dos anos 1970 como o *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, predominantemente formado por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político e relativamente autônomo; e a partir dos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. Já no início dos anos 2000 são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento. (FANCHINNI, 2016).

---

<sup>2</sup> Mulheres que se identificam com o gênero masculino através da nomenclatura, vestimenta e transformações corporais como pertencentes ao gênero masculino.

<sup>3</sup> female to male – Sigla em inglês: De mulher para homem.

Fanchinni divide o movimento no Brasil em três diferentes momentos, os quais ela chama de “onda”: uma primeira, que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira, de 1992 aos dias de hoje.

O movimento homossexual no Brasil, assim como nos Estados Unidos era revolucionário e não apenas reformista. A "primeira onda" do movimento aliada ao movimento feminista e ao movimento negro, continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade. Nesse período ocorre um primeiro encontro de homossexuais militantes no Rio de Janeiro, cujas resoluções foram: a reivindicação da inclusão do respeito à "opção sexual" - o próprio movimento ainda falava em "opção sexual" nesse momento - na constituição federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista de doenças, ou seja, a luta contra a patologização; e a convocação de um primeiro encontro de um grupo de homossexuais organizados, o que aconteceu em abril de 1980, em São Paulo. (idem, 2016).

A "segunda onda" do movimento é demarcada por Fanchinni (2016) tendo marco inicial a partir do ano de 1981, o início das atividades do Grupo Gay da Bahia. É também nesse momento que eclode a epidemia do HIV/AIDS, reduzindo consideravelmente a quantidade de grupos homossexuais, especialmente em São Paulo, onde os ativistas do primeiro momento se voltam para a construção da resposta coletiva ao HIV/AIDS, então apresentada como "câncer gay" ou "peste gay", desmobilizam as propostas de liberação sexual tais quais delineadas na "primeira onda". As características mais marcantes desse período incluem: um menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo; e uma ação mais pragmática e voltada para a garantia dos direitos civis e ações contra discriminações e violência.

Outra mudança importante durante o período da segunda onda é a adoção do termo "orientação sexual", de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma "opção" ou como uma "condição" inata. O uso do termo "orientação sexual" implica afirmar que não se trata de escolha individual racional e voluntária, mas não se trata também de uma determinação simples. Durante a Constituinte de 1988, foi do *Grupo Triângulo Rosa* a primeira tentativa de reivindicar a inclusão da expressão "orientação sexual" na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por "origem, raça, sexo, cor e idade" e

no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nesse momento, essa iniciativa fez com que o combate a esse tipo de discriminação se tornasse pauta do movimento, sendo posteriormente incluído nas legislações de vários Estados e municípios.

Boa parte da pauta de reivindicações do movimento LGBT atual já estava entre as demandas dos militantes homossexuais dos anos 1980. Em 1984, no encontro nacional de ativistas ocorrido na Bahia, a luta era pela despatologização da homossexualidade, por legislação antidiscriminatória, pela legalização do que na época se denominava como "casamento gay", por tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares. A partir do encontro nacional realizado em 1989, a AIDS passa a ter um lugar privilegiado na agenda do movimento, havendo ainda preocupação com a questão da violência, com a discriminação religiosa e a necessidade de estimular a formação de grupos. Já em 1990 e 1991, grande ênfase recaiu sobre a luta contra a AIDS e a necessidade de fortalecer o movimento. É nesse período ocorre o que se chama de crise da organização, por ocasião da epidemia do HIV/AIDS, é exatamente isso: ele deixa de se concentrar em suas pautas anteriores, cuja esmagadora maioria de demandas não estão sanadas até os dias atuais, para uma demanda de fortalecimento do próprio movimento e de que o governo desse alguma resposta em relação à Aids, que era uma questão muito candente na comunidade naquele momento. (FANCHINNI, 2016; ROSSI, 2009).

A "terceira onda", tem seu início dos anos 1990, quando o movimento homossexual cresceu como forma de solução para essa situação do HIV/AIDS, tornando o Brasil pioneiro na resposta comunitária e governamental à AIDS. Foi somente através desse meio que o movimento conseguiu entrar nas pautas de políticas públicas e não pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direito. A partir de então, com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à AIDS, os quais permitiram que alguns grupos se organizassem no formato de organização não-governamental (ONG). Em 1995, ocorre à fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. Além de um

investimento sistemático de esforços no combate à AIDS e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia (FANCHINNI 2016; ROSSI 2009).

Se, no primeiro momento, a questão era a luta contra a AIDS, as políticas relacionadas a direitos humanos começam a abrir espaço, até que se tem, em 2004, a criação do programa Brasil sem Homofobia, que é um programa nacional de articulação interministerial, cujo objetivo é inserir ações de combate à homofobia em diversos ministérios. Para tanto, são criados grupos de trabalho compostos por gestores, técnicos e ativistas, que passam, sendo esse o primeiro programa governamental criado junto com o movimento LGBT para responder as suas demandas. Com base nas principais reivindicações dessa população, o documento é composto por um programa de cinquenta e três ações, desde a articulação de políticas de promoção da cidadania homossexual, passando por políticas de saúde, educação, cultura, trabalho, justiça e segurança, incluindo também políticas para a juventude, mulheres e negros, sendo um programa pioneiro com vista à promoção dos direitos humanos, combate à homofobia e a discriminação por orientação sexual.

Conforme o nome diz, o maior objetivo do programa é erradicar a homofobia no Brasil. Talvez seja esse um objetivo um tanto pretensioso, levando em consideração que o preconceito contra homossexuais está presente há séculos em nossa sociedade judaico-cristã, cuja imagem de sujeito ideal centrada na figura do homem branco, classe média, heterossexual, pai de família.

Para cumprir com o seu objetivo, o programa se desdobra em 53 ações divididas em 11 eixos. Trazemos abaixo as principais ações traçadas pelo programa:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;
- b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;
- c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e
- d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (BRASIL, Conselho Nacional de Combate a Discriminação/Programa

Brasil sem Homofobia, 2004. p. 11) grifos nossos.

Essas ações do programa Brasil sem Homofobia se desdobram em várias ações dentro de temas específicas presentes no programa. Cada um desses temas seria de responsabilidade de órgãos do Governo Federal e, dependendo da ação a ser desenvolvida, um ou mais ministérios seriam responsáveis por ela. No entanto vemos essa responsabilidade ser assumida por instituições não governamentais, o que demonstra uma configuração de desresponsabilização por parte do Estado em executar as ações previstas. Esse protagonismo da execução centralizado nas mãos das ONGs de ativismo demonstrou a falta de *expertise* no debate sobre a efetivação dos direitos LGBT, o que pode ser visto como reflexo de uma não responsabilização do Estado com a prestação de serviços sociais a essa população, que se iniciou com a AIDS nos anos 80. Compreendemos assim, a partir das reflexões de Carlos Montaño (1999), como uma transição “das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil”, no que tange à responsabilidade na garantia de direitos sociais através da formulação de políticas públicas, significando um ato de transferência de responsabilidades, dissuadidas pela falácia de uma pseudoparticipação – na qual a categoria sociedade civil aparece notoriamente no discurso governamental enquanto copartícipe da transformação de uma sociedade injusta e excludente em uma sociedade justa e solidária.

As frentes de luta do Movimento LGBT são muitas, a despatologização e a luta contra a homofobia são corriqueiras e companheiras desse movimento. O grande índice de violência contra homossexuais é presente em todo o mundo, e o preconceito está presente em diferentes lugares, faz-se necessário um trabalho de conscientização na comunidade para que haja mais harmonia, nos sindicatos para lutar por igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, nos partidos políticos para que os seus dirigentes se assumam e aceitem membros LGBT.

Vivemos atualmente tempos de ascensão das lutas contra os preconceitos; é preciso atentar, para a importância da discussão acerca da pluralidade sexual humana e sua expressão na sociedade contemporânea, como um fenômeno essencial na construção de identidades e realidades. Embora a Constituição Federal brasileira proíba a discriminação de qualquer natureza, ela não tipifica as formas de discriminação, nem determina a pena aplicável. Do mesmo modo age de forma omissa o Código Penal que dispõe sobre a injúria de cunho discriminatório referente

à cor, raça, etnia, religião ou origem, mas nada cita quanto à discriminação por orientação sexual e crimes motivados por homofobia.

A então Deputada Federal, Iara Bernardi (PT-SP), propôs em 2001 o Projeto de Lei (PL) 5003/2001 que, repudia qualquer forma de discriminação pela orientação sexual e fixa penas para ações preconceituosas, como demitir funcionário ou funcionária em função da orientação sexual, sendo o empregador nesse caso, podendo pegar pena de reclusão de dois a cinco anos. A PL proposta por Iara altera substancialmente a Lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e amplia o campo da discriminação passível de punição pela lei, incluindo crimes resultantes de discriminação e preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, no entanto apesar da Câmara dos Deputados ter aprovado a redação final do Projeto de Lei da deputada em 2006, o mesmo passou oito anos em tramitação no Senado sem obter o apoio necessário para se tornar lei. A PL 122/06 como ficou conhecida gerou polêmica por parte de grupos religiosos e conservadores, o que dificultou sua aprovação, sendo a mesma arquivada após tramitar por mais de duas legislaturas (cada legislatura dura quatro anos, começando no ano seguinte à última eleição presidencial).

Já em 2011, o acontecimento foi inverso, o Deputado Federal João Campos (PSDB/GO) apresentou um PDC (Projeto de Decreto Legislativo) que sugeria suprir a resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A resolução 01/99 proibia psicólogos de realizarem “terapias” para alterar a orientação sexual de seus pacientes. Essa orientação estava baseada no entendimento adotado em 1991 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que a homossexualidade não é uma doença. Dessa forma, o PDC 234/11 liberava Profissionais a oferecer “terapias” de mudança de orientação sexual, ou a “cura gay”, como ficou conhecido o PDC, como não podia ser diferente o projeto não foi bem recebido pelo movimento LGBT e por psicólogos e apesar de não haver comprovação científica da eficácia dos tratamentos voltados a cura do “homossexualismo”, em 2013 a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos deputados aprovou o projeto, sendo o mesmo arquivado dias depois a pedido do próprio deputado João Campos, no mesmo ano o Conselho Nacional de Justiça aprovou a resolução 175 que determina que todos os cartórios do país passem a celebrar casamentos civis homoafetivos. Alguns críticos afirmaram ser o casamento anticonstitucional, já que o mesmo só podia por lei ser realizado entre homem e mulher. No entanto a resolução se encontra em vigor até os dias

atuais e ao menos 15 mil casamentos foram realizados nesses últimos quatro anos, segundo a própria CNJ.

## 2. Sobre gênero e a desconstrução do masculino e do feminino

Cientificamente o sexo biológico está dividido em macho e fêmea e a distinção desses dois vocábulos masculinos e femininos está em parte relacionada à invenção do gênero. Como dissemos, macho e fêmea são do domínio biológico, enquanto masculino e feminino é do domínio social, mas nem sempre foi assim. A declaração civil, não se refere a gênero, e sim a sexo, no entanto registra-se masculino ou feminino. O registro civil de nascimento foi por muito tempo registrado com base na aparência dos órgãos sexuais externos, através dos quais se conclui que a criança é macho, conseqüentemente do sexo masculino, ou fêmea, conseqüentemente do sexo feminino.

Freud acreditava que todos os seres humanos eram bixessuados, isso por que na fase embriológica há cordões de Wolff e cordões de Müller em todos os embriões. Os cordões de Wolff se atrofiam na futura fêmea e os cordões de Müller no futuro macho e permanecem atrofiados ao longo da vida do ser humano. Além dessa constatação científica, Freud acreditava também ser o clitóris um pênis abortado, ou seja, para ele o estado primordial do embrião seria macho, e a mulher tinha órgãos genitais bixessuais, um clitóris macho, uma vagina e uma vulva fêmeas. Hoje na verdade, sabe que é o inverso que acontece, pois caso o embrião não sofra intervenção ativa de andrógenos e de hormônios antimulleriano por sete semanas, esse se desenvolve num organismo fêmea, mesmo em uma fórmula cromossômica XY. Sendo assim, podemos constatar que o sistema embrionário não fabrica homens ou mulheres, esse é papel da sociedade, ele fabrica macho ou fêmeas. No entanto, apesar da espécie humana ser dividida em macho e fêmea, a condição de ser homem ou ser mulher só é realizado pela cultura e apesar de nossa cultura privilegiar a diferença sexual (ter pênis ou vagina) como sendo à base as diferenças anatômicas entre os sexos, as identidades de gênero tem tomado seu lugar e trazido um novo olhar sobre o que é ser masculino e feminino. Isso por que as características distintivas de gênero não são garantidas pela biologia, uma vez que muitos sujeitos apresentam características femininas ou masculinas em dissonância com sua anatomia.

Margaret Mead quando, em 1935, lançou o livro *Sexo e Temperamento*, trouxe as relações entre sexos em três sociedades da Nova Guiné mostrando que as

relações sociais nessas diferentes sociedades possuem diferentes padrões sexuais, e que aquilo que entendemos como comportamento masculino e feminino está longe de ser universal, ou seja, o que é masculino ou feminino varia em cada sociedade. E apesar de Mead não usar o conceito “gênero”, introduzido somente décadas depois nas teorias das Ciências Sociais, a autora nos traz, através de sua abordagem, aspectos que comprovam que a cultura em cada sociedade tem modos de educação e criação para que o macho seja masculino e a fêmea seja feminino de acordo com seus critérios do que é ser masculino e feminino. Podemos, pois, com base nos estudos de Margaret Mead dizer que as classificações construídas pela sociedade para implantar a distinção entre indivíduos de sexos diferentes constroem significados sociais e culturais que distinguem cada categoria anatômica sexual, essas construções são repassadas aos indivíduos desde a infância e buscam enquadrar os indivíduos dessas sociedades em determinados padrões de comportamento.

Anos pós os estudos de Mead, fez-se necessário buscar um termo que trouxesse a distinção do que “seria” o comportamento social feminino do comportamento social masculino, numa distinção que fosse além do determinismo até então imposto pelo sexo biológico. O conceito de gênero surgiu, pois, como categoria de análise, em estudos que objetivavam demarcar lugares e distinguir o que é da ordem do masculino e do feminino. A nova concepção possibilitou, também, analisar as diferenças entre pessoas, coisas e situações vivenciadas além de proporcionar o afastamento da idéia de determinismo biológico relativa ao sexo. (OLIVEIRA e KNÖNER, 2005).

Em primeira instância, a palavra gênero nos remete ao movimento feminista e sua luta por direitos iguais, isso porque o uso desse vocábulo é contemporâneo a esse movimento está diretamente ligado a ele linguisticamente e politicamente. Essa ligação se deu na virada do século XIX quando manifestações feministas ganharam maior visibilidade durante o movimento chamado “sufragismo”, que buscava ampliar o direito ao voto às mulheres. O movimento teve uma expansão inesperada, espalhando-se por vários países ocidentais. Mas, foi somente a partir de 1960 quando o feminismo ampliou seu campo de atuação para além do social e do político, e adentrou o teórico, que o conceito de gênero passou a ser problematizado. No entanto o conceito gênero enfatizado pelo movimento feminino iniciado na década de 1960 passa a ser um distintivo do sexo masculino/feminino

visando rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos "diferença sexual e sexo" (SCOTT, 1995, p.72), passando-se a partir de então a ser utilizado para designar as relações sociais entre ambos os sexos, no entanto as primeiras referências científicas à categoria *gênero* como abordagem distintiva entre sexo e gênero surgem na psicologia em estudos publicados na década de 70 nas pesquisas sobre identidade.

A busca em ultrapassar a opressão feminina, expressa pelo feminismo estimulou o desenvolvimento de estudos que tentasse responder as causas das desigualdades sociais baseadas nas diferenças de sexo/gênero, assim como as possíveis formas de melhor combater essas desigualdades. Como consequência, diferentes disciplinas experimentaram o efeito desses estudos em seu campo de conhecimento, entre elas a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. (NOGUEIRA, 2001). Tais estudos foram largamente divulgados, servindo de base para outros estudos que se contrapunham aos estereótipos sexuais e que buscavam compreender o papel dos gêneros em cada sociedade e suas funções na manutenção da ordem social.

Assim, Natalie Davis afirmava, em 1975:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitoado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la (DAVIS, apud SCOTT, 1995, p. 72).

Para que tal compreensão fosse possível era necessário que o termo gênero passa-se a ser estudado enquanto uma categoria analítica onde esse estaria entrelaçado às categorias de raça e classe assinalando a partir desses estudos não somente o desenvolvimento de uma nova metodologia de estudos da história de mulheres e seu papel dentro da história social, mas também uma nova história. Isso por que o uso do termo gênero, conjuntamente com classe e raça assinalava o envolvimento desses pesquisadores com uma história que incluía as narrativas dos oprimidos e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão.

Durante a década de 80 o termo gênero foi usado como um meio válido para incluir a mulher nos estudos teóricos e políticos sem lhe nomear e assim não

parecer uma ameaça ao sistema patriarcal vigente. Isso por que o papel social da mulher até então era de submissão, mas além de substituto para o estudo sobre mulheres, o termo gênero era também utilizado para sugerir que:

Qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino (idem, p. 75).

As feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transfontaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. Essas mesmas Pesquisadoras assinalaram desde o início, que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente, incluindo nesses, o estudo das minorias – leiam-se oprimidos – uma análise do sentido e da natureza de sua opressão.

Com base em dados históricos vemos que os estudos de gênero, são em sua essência herdeiro da história das mulheres e sua preocupação em dar a essa visibilidade e voz. Vemos também que após o avanço historiográfico o reconhecimento do local e papel da mulher na História, passou-se a focalizar as relações entre os sexos masculinos e femininos e como as sociedades se organizam com base nessas representações, e que muitos Historiadores/Pesquisadores/Teóricos reconheceram a perspectiva de gênero e suas vantagens para a compreensão do social enquanto categoria analítica de dimensão importantíssima na constituição das relações sociais e na distinção dos papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres.

Cada sociedade em sua diferente época histórica elabora aquilo que lhe convém em relação aos discursos de gênero. Vemos na história da humanidade que heterossexualidade não foi um comportamento padrão, ao longo do seu caminho houveram-se momentos em que a questão do masculino ou feminino não trazia grandes distinções de comportamento, *“homens e mulheres são compreendidos e se manifestam de diferentes maneiras em cada contexto social, configurando relações de gêneros distintas em vários lugares e momentos históricos”* (PINSKY, p.

32, 2009), e o que é masculino para uma cultura não necessariamente será para outra, o mesmo se dá com o que é feminino.

Somos educados a viver com base em uma sexualidade heterossexual, com distinções claras do que é pertencente ao universo feminino e masculino, do que é ser homem e ser mulher num discurso elaborado pela religião, pelo Estado e pela sociedade que normatizam esses padrões, baseando essa definição no sexo biológico de cada individuo conforme as concepções sociais, históricas e culturais. Devemos, no entanto, lembrarmo-nos que as concepções de gênero tanto são produtos das relações sociais quanto produzem e atuam nessas relações, construindo e reconstruindo os significados das condutas e práticas dessas relações sociais, ou seja, não são fixas e esses tipos de interpretação tornam problemáticas as categorias de "homem" e "mulher", ao sugerir que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas constructos subjetivos (ou ficcionais). Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, ao destacar a linguagem como um objeto apropriado de análise.

Podemos dizer então segundo Scott (1995), que as categorias de gênero como conhecemos são papéis sociais determinados pelo contexto social em que o sujeito se encontra atos performáticos resultados de um longo processo de identificação e de escolha que envolve rejeição e aceitação das normas sociais, já que é na no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e suas identidades sexuais em um processo dinâmico de construção e desconstrução.

Deborah Britzman afirma:

Nenhuma identidade sexual – mesma a mais normativa- é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora pronta, acabada, esperando para ser assumida, e de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, apud LOURO, 2014, p.31).

Baseado na fala de Britzman podemos afirmar que longe de ser algo simples, a sexualidade envolve coisas muito distintas. Na sua experimentação e descoberta está a percepção de si, todos os sentimentos, a atração erótica, os relacionamentos afetivos e as representações. A identidade sexual põe em relação aspectos

biológicos, psicológicos, sociais e históricos. Por isso, não se pode falar em um único desses aspectos como determinante da sexualidade de alguém, mas uma interação construtiva entre eles e que resultam nessa identidade, a qual mesmo que biologicamente demarcada não significa socialmente determinada.

Temos conhecimento do padrão normativo da sociedade como sendo o heterossexual, onde homem e mulher formam o binário macho e fêmea, e onde o sexo de uma pessoa é definida pelo tamanho de suas células reprodutivas, no entanto o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.

Os papéis sociais aparentemente naturais representados por homens e mulheres enquanto constructos sociais são percebidos em sua maioria como sendo algo determinado pelo seu sexo biológico, e na representação desses papéis se espera que meninos façam coisas de meninos e meninas façam coisas de meninas. Espera-se também que se respeitem a delimitação desses espaços, e que se mantenha esse padrão ao longo da vida. No entanto, a construção do sexo não é um fato biológico, é social. E por ser social está sujeito a influências além do corpo físico-biológico.

Sarmiento (2005), afirma que, como atores sociais de sua história, os sujeitos possuem plenas condições para realizar ressignificações do *status quo*, isso quer dizer que, enquanto sujeitos sociais, a construção daquilo que se é ou que se pretende ser está na capacidade do sujeito em perceber aquilo que melhor lhe convém, sem necessariamente se encaixar nos padrões da normalidade de qual comportamento seguir, seja esse feminino ou masculino, ou moldar-se de acordo com cada uma dessas “identidades” e seus padrões de comportamento pré-estabelecidos.

## **2.1 Transgênero, uma identidade.**

Como já foi dito anteriormente, para a biologia o ser humano é dividido em macho e fêmea, uma categoria sexual que cientificamente sinaliza o comportamento sexual do indivíduo. Mas como vimos demarcar a fronteira do comportamento sexual de um indivíduo baseado em seu sexo biológico é esquecer que cada ser é único e que os padrões impostos pela sociedade, religião ou estado não determinam o

“enquadramento” dentro do que é a normalidade de cada contexto ou época. É fato que, além das características biológicas que promovem a diferença dos sexos, existe o gênero e trata-se este de um complexo de determinações e características que designam socialmente o que é ser masculino e feminino em determinada cultura. Assim, o corpo recebe uma significação sexual que é definida como referência sobre o que é ser masculino e feminino tal significação aparece como norma, valores, percepções, representações que acompanham a vida dos sujeitos desde o momento do seu nascimento, mas não até a morte.

No século passado Freud afirmava com convicção que ao encontrarmos uma pessoa saberíamos distingui-la se homem ou mulher de imediato, sem muitos esforços, pois a aparência física nos dava essa direção, hoje no mundo contemporâneo a possibilidade de modelarmos a nós mesmos de acordo com nossa vontade e interesse, nos possibilita recriar nossa identidade e nossa individualidade em concordância com aquilo que nos representa. Identificar-se enquanto homem ou mulher está além das barreiras impostas pelo corpo físico e perguntar o que é ser homem e o que é ser mulher pode não mais atender a aqueles que esperam uma resposta pautada no padrão existente – ou pelo menos que existia - na sociedade ocidental, já que a natureza do que é masculino e feminino não é assim tão facilmente classificável, e possivelmente na sociedade atual até o próprio Freud concordaria que a distinção dentre o que é ser um homem e ser uma mulher não seria uma tarefa assim tão fácil, já que os papéis sociais se confundem e até se misturam e vemos homens sendo ótimos pais e mulheres diretoras de grandes empresas. Homens com brincos e cabelos compridos e mulheres tatuadas e musculosas, numa composição onde pensar papéis sociais únicos de domínio exclusivo do homem ou da mulher é um equívoco que não se encaixa na atual conjectura.

Desse modo, podemos, pois dizer que no momento atual em que vivemos um homem não precisa ter nascido ‘macho’ para ser homem e uma mulher não precisa ter nascido ‘fêmea’ para ser mulher, já que um pode ser perfeitamente o outro a qualquer momento que o decida ser ao escolher transformar seu corpo social e/ou também seu corpo físico, dando a esses novos significados, remodelando-os, reconstruindo-os, alterando suas formas, desafiando o que é visto normalmente com ‘natural’ numa construção cheia de significados e características pessoais, como nos mostra Giddens:

Conforme se segue nesta argumentação, não somente o gênero é uma criação puramente social, que carece de uma —essênciaII estabelecida, mas o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas. Podemos dar aos nossos corpos significados que desafiem o que é normalmente visto como —naturalIII. Os indivíduos podem escolher entre construir e reconstruir seus corpos como bem desejarem - por meio de exercícios, dietas, piercings, adotando um estilo pessoal, submetendo-se a cirurgias plásticas e operações de mudança de sexo. A tecnologia está confundindo as fronteiras de nossos corpos físicos. Portanto, conforme se segue nesta argumentação, o corpo humano e a biologia não estão —dadosII, mas estão sujeitos ao agenciamento humano e às escolhas pessoais no interior de diferentes contextos sociais (GIDDENS, 2005, p. 106).

Já não é mais fácil informar com exatidão o que é ser homem e o que é ser mulher. A mistura de corpos na multidão e as transformações possíveis desses corpos trás a certeza que as categorias macho e fêmea antes fixas, são hoje não somente mutáveis, mas capazes de sofrerem uma extensa e variada transformação para se enquadrar em um determinado contexto social onde atores precisam representar seus papéis sociais de acordo com aquilo no qual foi enquadrado, assumindo diferentes identidades em diferentes setores de sua vida pessoal, profissional e familiar, numa miscelânea de identidades de gêneros onde a tentativa de se enquadrar e ser aceito luta com o desejo de assumir a identidade com a qual se sente identificado, aquilo que lhe caracteriza e lhe distingue dos demais, mas para pensar o conceito de identidade de gênero, é preciso antes de tudo entender o conceito de identidade. Nesse caso o conceito de identidade como é definido pelos pós-estruturalistas, e para esses, falar sobre identidade é entender que a mesma é influenciada pelo tempo e pelo espaço na qual está localizada. Além disso, é preciso levar em consideração que o sujeito que busca identificar, é também identificado, e ao identificar e ser identificado, é caracterizado e padronizado junto a demais sujeitos pertencentes a certo grupo. Desse modo, podemos definir identidade como aquilo que *me* caracteriza em relação à espécie humana (natural), como *me* represento ou *sou* representado sócio culturalmente.

Para Silva (2012), Woodward (2012) e Hall (2001) a identidade é associativa, ou seja, relacional. Isso significa que para ser identificada como tal precisa ser comparado a algo diferente a ela, ou seja, externo. Isso nos faz pressupor que a identidade traz a afirmação de *si*, do que se é, enquanto a diferença afirma o que o *outro* é, o que *ele* é, logo, a diferença nega que *eu* sou aquilo que o *outro* é consequentemente que o nega que o *outro* seja o que *eu* sou.

Observamos junto a esses autores que ao mesmo tempo em que a diferença é necessária à construção da identidade, também é construída e entendida como uma proposta binária. Ela segrega e exclui, mas pode também unir e incluir. Essa diferença classifica em natural e não natural, feminino e masculino, bom e mau, certo e errado, *eu* e o *outro*, com afirma Woodward (2012):

a diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como „outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora (p. 50-51).

Desse modo podemos, pois de acordo com o pós- estruturalismo afirmar que a identidade do “sujeito pós-moderno” é contraditória, inconstante, móvel, fragmentada. Podemos até afirmar que é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2011, p. 13). Podemos dizer ainda que essas identidades não se constroem sozinhas, mas são promovidas por uma relação existente com algo externo ao sujeito, em uma constante troca de comparações e informações, onde o meu *eu* é diferente do eu do *outro*.

Para além dessa diferença entre o eu e o outro em que se constroem as identidades, existe a identidade por *mim* declarada, essa a qual eu afirmo pertencer e a qual não me foi imposta. Essa identidade é vista pelos Estudos Culturais, encabeçado por Stuart Hall, como uma identidade de auto reconhecimento, onde o meu *eu* se vê e se aceita como *me* declaro perante o outro, e ao me auto reconhecer como portador de tal identidade assume perante o outro nossas diferenças. Para Hall (2011), o processo de auto reconhecimento confere ao individuo o direito de definir para si aquilo que melhor lhe convém enquanto sujeito construtor do seu destino, pois ao me reconhecer como aquilo que me define, compartilho esse reconhecimento com a aqueles que comigo se relacionam, mesmo que de forma conflituosa ou impositiva. No entanto, mesmo dizendo que ao me auto reconhecer pertencente a um ciclo social defino minha identidade, é preciso entender que a identidade enquanto construtor do sujeito social só pode existir a partir do outro, pois assim como a sexualidade, a identidade é construída em binarismo, ou seja, em comparação ou oposição a algo, assim, para que a mesma exista é necessário que ela se oponha a outra identidade existente em uma constate

atividade de troca. Entretanto, ao construir-se a partir do outro, essa identidade pode ser recusada, gerando a partir daí conflitos permanentes, como mencionado anteriormente.

Os conflitos passíveis de existir nessa binariedade tem sua origem na tensão entre as atribuições que são instituídas pelos outros aos sujeitos e as atribuições reconhecidas como atos de pertença pelo próprio sujeito e as quais indica a identidade para si. Assim podemos, pois dizer que o movimento de tensão assinala-se, justamente, pelo binarismo entre aquilo que esperam que o sujeito assumira e o desejo do próprio sujeito em ser e assumir aquilo que reconhece ser sua identidade. Essa tensão é vista em diferentes secções da sociedade em especial naquele em que se institui ser o papel social do homem e da mulher.

Dentro de cada sociedade espera-se que o papel sexual definido para cada sujeito seja por esse desempenhado antes mesmo do seu nascimento, quando isso não ocorre vemos uma tensão se formar e a questão da identidade se tornam um conflito entre os sujeitos e a identidade gênero toma lugar à identidade sexual pré-definida antes do nascimento. Sabemos que no primeiro momento do seu uso, o termo gênero enquanto definição sociológica desempenhou o papel de distinguir a função social do que era feminino e masculino, de modo que perspectiva histórica, esse não questionava as formas das construções das identidades de gênero, mas preocupava-se inicialmente em descrever essas relações, hoje, diante das transformações socioculturais, falar sobre identidade de gênero é falar não somente na questão do sexo, mas principalmente nas questões que tratam sobre identificação social, emocional e psicológica.

A identidade de gênero vai além da heterossexual presente na sociedade em que vivemos, e ainda que as normas heteronormativas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, também dá espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam, pois sabemos que na lógica binária, o congênera só existe mediante um oposto, nesse caso a homossexualidade, mas para além dessa binariedade, as identidades de gênero trazem em si à identificação dos sujeitos com configurações de masculinidade ou de feminilidade que vão além da orientação afetivo-sexual, abarcando o modo como o sujeito se reconhece e se põe diante da sociedade, nesse caso a transgeneridade, como veremos no capítulo seguinte.

A transgeneridade é um conceito guarda-chuva que extremamente amplo, compreende uma imensa variedade de manifestações e refere-se a todo tipo de pessoa envolvida em atividades que cruzam as fronteiras socialmente impostas no que diz respeito à conduta “recomendada” pelo dispositivo binário de gênero. Desse modo, tomamos de empréstimo a definição de transgênero proposta por Lanz, que busca através desse conceito englobar todos aqueles que não se enquadram no padrão binário social e que por isso são considerados transgressores da conduta e da moral:

refere-se a todo tipo de pessoa envolvida em atividades que cruzam as fronteiras socialmente aceitas no que diz respeito à conduta preconizada pelo dispositivo binário de gênero. O termo transgênero busca cobrir um amplo espectro de comportamentos considerados transgressivos à disciplina e às interdições impostas por esse dispositivo, que vão desde a simples curiosidade de experimentar roupas/calçados/adereços próprios do outro gênero até a firme determinação de realizar mudanças físicas através do uso de hormônios e cirurgias. O termo transgênero vem sendo utilizado para classificar as pessoas que, de alguma forma, não podem ser socialmente reconhecidas nem como —“homem”, nem como —“mulher”, pois o seu —“sexo social” não se enquadra em nenhuma das duas categorias disponíveis, que são masculino e feminino (LANZ, 2014. p. 334).

Esse não enquadramento parte não da pessoa transgenero em si, mas da sociedade que ainda incapaz de desconstruir o padrão de gênero binário no qual ela está assentada, perpetua sobre esses discursos de transgressão, perversão e doença, sem levar em conta que esse comportamento repressivo é responsável por conflitos íntimos que não necessariamente refletem a não aceitação de si pelas pessoas trans, mas a não aceitação de si por aqueles que lhes cercam. Já que pensar o transgenerismo é pensar esse como sendo uma oposição ao dispositivo binário de gênero em favor de aspectos próprios do indivíduo, como a sua sexualidade e/ou a sua subjetividade. Mas para além do entendimento do Transgenerismo como um termo guarda-chuva, é indispensável entendê-lo como algo além de ‘gay’, ‘lésbica’ ou ‘bi’, uma pessoa trans não é necessariamente gay ou lésbica, uma mulher transgenero pode sentir-se atraída por um homem ou uma mulher heterossexual, assim como por um homem ou mulher transgenero, o mesmo pode acontecer com um homem transgenero, e é nessa muitas possibilidades que encontra-se os conflitos entre o dispositivo binário de gênero que enquadra as pessoas em dois gêneros oficialmente reconhecidos e o transgenerismo que abraça diversas possibilidades.

Essa divergência entre o sistema binário de gênero e sua norma de diferenciação e classificação de indivíduos com base no órgão genital do indivíduo e a quebra desses padrões pelas pessoas transgênero é o ponto chave do transgenerismo. Afinal a transgeneridade só pode existir em conflito com a norma binária de gênero que impõe aquilo que as pessoas transgênero infligem: o binarismo entre os sexos, a desconstrução e dissuasão daquilo que tentam impor enquanto certo aceitável e natural. Mas é exatamente esse o ponto mais central do caráter transgressivo do transgenerismo. O transgenerismo existe por que existe a transgressão a norma binária de gênero, não fosse à transgressão a essa norma, não haveria preconceito, patologia, transfobia, não haveria a “necessidade” de se esconder. Se o preceito gênero fosse capaz de reconhecer toda e qualquer identidade de gênero, não apenas o binário homem/mulher, aquilo que é considerado transgressão desapareceria naturalmente e então não haveria mais a necessidade de classificações como transgenero ou gênero-divergente, afinal é a norma que cria a transgressão, e as pessoas transgênero transgridam a norma pra exprimir o seu eu no mundo.

## **2.2 Transgenerismo x Escola**

Todos os dias em diferentes partes do mundo, milhares de pessoas são vítimas da homofobia. A aceitação da orientação afetiva e sexual entre pessoas do mesmo sexo ainda é tabu e sofre constante violência e desrespeito. O Brasil é um dos países que mais matam LGBT no mundo, 01 cada 25 horas. Os números são assustadores e mostram o que a violência sofrida por esse grupo vai além da física, pois reflete o descaso de leis que punam de forma mais eficaz aqueles que cometem esse tipo de crime.

De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o País ocupa o primeiro lugar na quantidade de homicídios de LGBTs nas Américas, com 340 mortes por motivação homofóbica no ano de 2016. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), no primeiro quadrimestre de 2017, 117 pessoas foram assassinadas no Brasil devido à discriminação por gênero e orientação sexual. O número subiu 18% em relação ao mesmo período de 2016. Ainda segundo levantamento feito por esse grupo, 2016 foi

o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT desde quando a pesquisa passou a ser feita pelo movimento, há 37 anos. De 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 343 em 2016, dados esses documentados em 168 municípios brasileiros. O grupo traz ainda inúmeras informações mais detalhadas e nos informa que desses 343 assassinatos ocorridos em 2016, 173 eram gays, 144 trans, 10 lésbicas, 04 bissexuais e 12 heterossexuais (parentes ou conhecidos de LGBTs que foram mortos por algum envolvimento com eles) (GGB, 2016).

Os números apresentados pelo GGB mostram que a violência contra pessoas LGBT ultrapassa fronteiras e atinge também aqueles que convivem com essas pessoas. Para o grupo essa é uma realidade alimentada por falta de políticas públicas educacionais direcionadas não somente à comunidade LGBT, mas à comunidade em geral. Tais políticas na visão do grupo deveriam promover a educação sexual e campanhas e políticas públicas que garantam saúde integral e segurança a gays, lésbicas, bissexuais, trans e travestis em seus lugares de convívio, além de punir mais severamente casos de homofobia.

Sabemos que os casos de violência contra as pessoas pertencentes à comunidade LGBT iniciam-se desde o primeiro momento em que esses demonstram não se enquadrarem no sistema heteronormativo da sociedade em que vivemos. Por essa razão, muitos jovens ainda não são aceitos em seus grupos sociais e sofrem com a prática de bullying na escola, na rua e até mesmo em casa, sendo em alguns casos expulsos do convívio familiar. No campo educacional essa violência e invisibilidade das pessoas LGBT, sofrem grande influência do currículo escolar ser firmado em uma cultura heterossexual que delimita o papel sexual do homem e da mulher dentro da sociedade como algo fixo, onde o sexo biológico tem preferência em detrimento às diferentes facetas possíveis de serem elaboradas pelas identidades de gêneros e pelas práticas sexuais e de sexualidade que se revelam juntamente ao processo de ensino aprendizagem.

Diante disso podemos dizer que a escola tem um papel antagônico, visto que se sua função é assegurar a inclusão das diferenças e o acesso ao conhecimento democrático, como pode ela se configurar como um local de sofrimento, exclusão e violência contra a autoestima daqueles que não se encaixam na norma? Segundo Foucault (2011), o ambiente escolar impõe ao sujeito um adestramento disciplinar onde as relações sociais construídas nesse ambiente são produzidas sob a égide da hierarquização dos corpos que delimita o comportamento desejável para homens e

mulheres, numa pretensa tentativa de adestramento do corpo e da mente do sujeito. Desde a sua criação, o papel da escola foi distinguir e também produzir a diferença entre os sujeitos, separando e ditando o que era conveniente para meninos e meninas, de modo que com o tempo essas distinções foram interiorizadas e se tornaram “naturais” e mesmo hoje nas escolas atuais meninos e meninas se agrupam de formas distintas e nesses agrupamentos que nos parece ser “natural” estão implícitas construções históricas que “colocam” cada qual em seu lugar, em uma velada divisão de gênero, classe, sexualidade e etnia. Essa divisão mesmo que velada e feita com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado, configura a escola como um lugar de opressão, preconceito e discriminação, o qual traz consigo um preocupante quadro de violência a que são submetidos milhões de jovens e adultos por sua condição sexual, de gênero, etnia ou classe social, onde muitos convivem em vulnerabilidade em razão da homofobia, com o sentimento de negação, de auto culpabilização e de auto aversão.

Na sociedade moderna, a escola que não baseia seu sistema educacional no padrão heteronormativo, foge do conceito de “hierarquização dos corpos”, diz Foucault. Pois entende que o sujeito é único e que essa individualidade está representada em vários aspectos da vida social de cada indivíduo. A escola que é parte importante na formação da individualidade de cada ser precisa questionar as teorias que orientam suas atividades em todas as suas dimensões e perceber quais os discursos produzidos, reproduzidos e também permitidos dentro do processo ensino aprendizagem, visto que as dimensões de gênero, classe, etnia, sexualidade estão presentes nesses ambientes em suas mais diversas formas e estruturas, cabendo aos profissionais da educação problematizar essas questões para além das binaridades presentes na questão de gênero, em uma problematização que abarque *as “múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, etnia”* (LOURO, 2014), no sentido de colaborar na desconstrução da ideia dicotômica do binarismo sexual, isto é, salientar a necessidade em superar as diferenças presentes na sociedade, sejam essas diferenças sexuais, de gênero, etnia ou classe social, e conseqüentemente, promover e assegurar uma convivência mais justa e pacífica entre aqueles que estão dentro e/ou fora da comunidade escolar.

Uma pesquisa realizada em 2004 sobre o perfil sociopolítico dos/as participantes da Parada do Orgulho LGTB na cidade do Rio de Janeiro revelou que a

discriminação de caráter homofóbico nas escolas assume a dimensão de uma epidemia grave, ao se constatar que a maioria das vítimas são muito jovens: Pouco menos do que 40,4% dos adolescentes entre 15 e 18 anos foram vítimas dessa experiência. Entre os jovens de 19 e 21 anos, 31,3% referiram-se a discriminações sofridas na escola ou na faculdade (CARRARA & RAMOS, 2005). Episódios de ofensas, constrangimentos, tratamentos preconceituosos, agressões verbais ou físicas são uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas convivem desde cedo com mecanismos de silenciamento e dominação simbólica presentes em piadas, insultos, 'brincadeiras', insinuações e apelidos desqualificantes que os acompanham até a vida adulta gerando desconfortos e traumas.

Mesmo sabendo que a escola é reprodutora do comportamento social no qual ela está inserida, muitos pensadores como Lopes (2015) e Bourdieu (2002), entendem que a escola é também produtora de comportamento e de concepções. Desse modo, tais pensadores acreditam que diante da homofobia e discriminação da população LGBT no ambiente escolar e dentro da sociedade, os educadores, tem papel fundamental na desconstrução desse pensamento heteronormativo.

Aprendemos a viver em sociedade e para sociedade na escola. É nela que desde cedo os alunos aprendem seus direitos e deveres. Aprende sobre as diferenças no outro e manifesta sua opinião sobre o mundo. É nesse espaço, mas não somente nele que a personalidade e o caráter social da criança são formados, sendo o professor um mediador de todo o conhecimento adquirido na formação dessa identidade. No entanto nem sempre a escola consegue cumprir seu papel de socialização entre "os diferentes", em particular quando se trata sobre questões que envolvem a sexualidade e a orientação sexual, tal dificuldade traz conseqüências sérias para todos os estudantes que vão além da dificuldade de aprendizado, abrangendo também a questão do bem estar e em alguns casos as questões da saúde física e mental desses.

A escola se constrói historicamente como um local normatizador, onde a disciplina deve ser seguida sem espaço para desvios. Onde o diferente, o "outro", aqueles que não se enquadram aos padrões, que são a exceção, que não se sintonizam com o único componente valorizado pela heteronormatividade, os sujeitos que segundo Guacira Lopes:

[...] por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promove uma descontinuidade na seqüência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p27, grifos nossos).

Existe na escola um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBTs. Estudos realizados no mundo inteiro mostram que os preconceitos vividos por pessoas LGBTs em ambiente escolar afetam diretamente o desempenho desses, esses mesmos estudos mostraram que nos ambientes em que esse tipo de preconceito ocorre, é maior a probabilidade de ocorrer preconceitos contra negros, mulheres, pobres ou qualquer outra forma de discriminação. No entanto, a escola pode mudar esse quadro e trabalhar para a diminuição desses efeitos negativos, criando um clima positivo de aceitação que reduza o assédio moral e homofóbico ao articular projetos pautados no respeito às diferenças. Entretanto, para que tal ação ocorra é necessário que temas como identidade de gênero e orientação sexual faça parte das rotinas escolares e pedagógicas como coloca o PCN:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. (BRASIL, 1997a).

Sendo essa uma realidade constante nas escolas, vemos a importância de dinâmicas resultantes da prática do Professor, no entendimento e decisão sobre a resolução de diversos problemas, incluindo aí a questão da sexualidade e seu debate em sala de aula para a desmistificação de preconceitos, tabus e crenças errôneas. Para que tais abordagens se dêem de forma apropriada dentro de uma abordagem pedagógica e informativa, faz-se necessário, portanto, estratégias pedagógicas apropriadas, visando à formação continuada do Professor, além é claro, da desconstrução das pré-noções desse. Considerando que o papel do Educador é promover e construir uma educação ética com base no respeito e na cidadania, os Professores devem ser continuamente preparados para interceder

em situações que diminuam ou preconizem qualquer tipo de violência ou intolerância contra a dignidade humana, em uma capacitação cuja finalidade seja a de preservar os direitos de cidadania e de livre expressão-sexual, a tolerância, a cidadania, a integridade, a solidariedade, a ética e a pessoalidade, valores esses que devem ser transmitidos em sala de aula, ao se propor uma educação pautada na afetividade sexual voltada ao respeito pelo outro, como coloca as diretrizes para a educação trazida pelo PCN.

A postura da escola e de seus educadores precisa contemplar os valores pluralistas e democráticos existentes e propostos pela Constituição Federal. Devem, portanto, respeitar e transmitir, por sua conduta, a valorização da isonomia entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente, levando sempre em consideração os significados sociais presente em cada local e sociedade. É preciso re-significar os fazeres pedagógicos como um modo de produção de conhecimento para a formação cidadã, nessa ressignificação encontra-se a inclusão de questões de gênero, diversidade sexual, sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual, os quais muitas vezes não são objetos de discussão e nas escolas e/ou nos cursos de formação inicial dos/as educadores/as, mas que sabemos presentes nas diversas relações sociais e institucionais. É necessário, pois que a escola em parceria com seus profissionais busquem compreender quais os mecanismos presentes no ambiente escolar que produzem o preconceito e a intolerância, para que desse modo possam trabalhar sua superação junto aos educando. Desse modo Assim, torna-se imperiosa a educação para a diversidade, e que essa enfatize, no âmbito público e particular, o respeito ao outro, a solidariedade e o compromisso como bem comum.

No entanto, apesar de sabermos ser também papel da escola trazer uma discussão que aborde a sexualidade em todos os seus aspectos, Ribeiro (2009), nos trás a lembrança de que em diversos momentos a escola esquiva-se dessa responsabilidade furtando-se em aprofundar e problematizar sobre esse tema em seu meio. Vemos serem geradas nas escolas debates e trabalhos sobre a puberdade, vida sexualmente ativa, a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, mas ao se tratar da questão da homossexualidade, da identidade de gênero ou da homofobia, a mesma não é cogitada no âmbito escolar ou é feito de modo velado e superficial, isso porque esse tema é polêmico e causa desconforto não apenas aos profissionais da educação,

mas em boa parte de nossa sociedade heteronormativa acostuma com o sistema binário de relações afetivas e que excluem qualquer outro tipo de manifestação afetiva que não aquela a qual está acostumada. A respeito disso Junqueira (2009) diz que:

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexíssimo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação. (Junqueira, 2009, p. 13).

Reconhecemos que as funções e papel do Professor e da escola são vastos e muitas vezes esses se vêm sobrecarregados diante de uma demanda para além de sua missão, mas diante das demandas vivenciadas na atualidade, faz-se necessário a elaboração de um programa de formação continuada para esses educadores, cujo objetivo se o debate e a capacitação desses sobre as diversidades sexuais na escola a fim de orientar Professores e Gestores sobre a temática amparando-os para lidar com esse assunto no espaço escolar de forma natural, ética e didática, para que assim possa junto aos seus alunos desmistificar a homofobia e promover a inclusão social de todos. Contudo, apesar de ser essa uma necessidade atual e que se faz urgente, vemos que mesmo os materiais promovidos pelo Ministério da Educação com o intuito de informar e capacitar educadores e escola pecam ao serem superficiais ao abordarem o tema transversal da sexualidade, quando os mesmos excluem dessa discussão pontos importantes como a identidade de gênero, a homossexualidade, a homofobia, o transgenerismo e a orientação sexual tal qual se pode verificar nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

### **2.3 Estratégias Metodológicas**

Sempre existiu muita curiosidade em se entender e exercitar a fala do Professor em sala de aula, mediante alunos polêmicos e/ou diferentes ou até mesmo aqueles alunos com alguma síndrome específica.

Os temas que envolvem pessoas, sempre despertam curiosidades e entendimento. O interesse pelo tema transgenero, está presente como um possível

tema de pesquisa desde o início da realização do presente curso de Mestrado em Educação. Na verdade no início mesmo do curso, foi cogitado a mudança do tema, uma vez que não existia conhecimento teórico sobre o mesmo, além de se acreditar não haver tempo suficiente para investigar a fundo em um tema tão rico em detalhes e em histórias de vidas diversas.

O tema transgenero, voltou a ser objeto de estudo, depois de uma conversa informal com a Professora Dra. Auricelia Pereira. Mesmo sem saber, ela ajudou na construção do tema, dando o click que precisava para continuar essa longa caminhada de conversas e entrevistas que hoje compõem o presente trabalho. Depois daquela aula com a Dra. Auricelia, o retorno para Aracaju foi envolto em pensamentos de como seria a melhor forma de tornar o tema transgenero em um objeto de estudo. A única preocupação naquele momento era planejar de que forma a pesquisa ia evoluir e mais ainda como poderia inserir o tema dentro da problemática da escola ou dentro de uma realidade do cotidiano.

As leituras foram iniciadas pela autora Guacira Lopes. Michel Foucault também fez parte da leitura e a confusão mental de como abordar o tema ficou ainda mais distante daquilo do que de início tinha se imaginado pesquisar. Novamente foi necessário recorrer à orientação da Professora Auricelia, que de pronto deu outra dica: Trazer o tema transgenero, para dentro de uma unidade escolar. Era isso que faltava – Um local, onde pudesse lincar o tema a rotina dos Professores.

A primeira idéia era não abordar o tema em crianças. A fase da adolescência (fase onde os conflitos pessoais são constantes), com certeza seria uma fase onde melhor se localiza os conflitos e a qual pode ser mais rica do ponto de vista acadêmico\pedagógico. Depois de pensar e planejar bastante sobre a forma e onde iniciar a pesquisa elaboramos então um questionário prático e fácil. O objetivo era que Professores respondessem como e de que forma eles lidavam com o aluno transgenero em sala de aula. O que realmente eles falavam para esses alunos? Como eles identificavam alunos trans e principalmente como eles agiam?

Procuramos alguns locais com grande concentração de jovens e adolescentes. Vários contatos foram feitos por e-mail e telefone com algumas Instituições de ensino e infelizmente sem sucesso. Por indicação de uma amiga, optamos por entrar em contato com a Instituição SENAC, na unidade do Centro de Aracaju. Falaram que deveria procurar a Coordenação Pedagógica e formalizar por escrito o interesse

em pesquisar sobre o tema em uma das unidades do SENAC. Assim o fizemos. Ligamos e agendamos um horário com a Coordenadora Pedagógica Cristina.

No primeiro contato com Cristina, o interesse pelo tema foi perceptível, além da disposição em ajudar nas pesquisas e conversas com Professores. Os encontros seguintes foram para explicar a pesquisa e junto com ela, montarmos um cronograma de entrevistas com todos os 21 Professores da Unidade SENAC Centro de Aracaju, cuja formação varia entre nível superior e técnico. A faixa etária dos alunos desses Professores varia entre 14 e 60 anos, os quais cursam o EJA e Jovem Aprendiz dentro da categoria técnico profissional. Dos 21 Professores que responderam o questionário, 14 lecionam somente na escola pesquisada, os outros 7 em mais de um escola, em média cada Professore leciona em 4 turmas.

A pesquisa durou aproximadamente 15 dias. Foram dias de boas conversas e trocas muito valiosas de informações importantes. Algumas informações chamadas de informais, mais que sem dúvida estão enriquecendo o entendimento de todas as dificuldades e questionamentos que envolvem uma pessoa trans.

Como metodologia para o presente trabalho, buscamos abordagens que pudessem trazer não exatamente respostas para nossos questionamentos, mas compreensão dos mesmos, dado que, o objeto pesquisado está diretamente ligado a experiências pessoais e individuais dos sujeitos que contribuiram para a realização desse estudo.

Cada etapa da pesquisa foi pensada de forma individual, mas não isolada, pois acreditamos ser necessário que aja uma união de idéias e de métodos para que haja uma melhor compreensão dos fatos e de como se deu o desenrolar da mesma. Partindo do pressuposto de ser o tema não somente atual e de grande relevância, mas também de ser visto como tabu em diferentes ambientes e entre muitos Profissionais, mesmo aqueles que deveriam estar mais familiarizado com a questão do transgenerismo, como é o caso dos Profissionais da Educação e da Saúde. Vimos no tema à oportunidade de trazer o debate para o campo docente, no sentido de tentar perceber junto a esses o nível de conhecimento, envolvimento e capacidade de lidar com o tema em questão.

O Pesquisador Científico precisa desenvolver um senso crítico diante do objeto pesquisado. Para tal é necessário distanciar-se desse e desmontá-lo de qualquer ideia fixa ou de um resultado pré-definido anterior a discussão, afim de que o trabalho elaborado seja ao máximo isento de uma opinião não científica, pois apesar

de acreditarmos que todo trabalho científico carrega em si a personalidade própria do Pesquisador, e que toda pesquisa é fruto da natureza curiosa e da inquietação investigativa do homem. Acreditamos também que a mesma deve buscar isolar-se da linha de pensamento pessoal e transitar pelo pensamento acadêmico científico, visto que o trabalho do Pesquisador é auxiliar na construção do conhecimento e satisfazer a curiosidade natural do ser humano na obtenção de respostas. No entanto entendemos que pesquisar também é um ato político, e que nenhum de nós que vivemos em sociedade estamos isentos de ter opinião e até participação política na nossa vida cotidiana e em nossas relações pessoais e profissionais, sendo difícil uma separação asséptica entre objeto e Pesquisador, já que para pesquisar é preciso estar envolvido na vida social. Não há, pois, a possibilidade de pesquisa sem envolvimento com a realidade social e a realidade apresentada nos trouxe os questionamentos necessários para a idealização e elaboração do presente texto. Não é somente um fato isolado presente na Instituição Educacional onde a pesquisa foi realizada, mas algo corriqueiro que se repete diariamente em diferentes situações, com distintas pessoas e nos mais diversos locais.

Diante do exposto, compreendemos que a tentativa de apreender como se dá o reconhecimento, a aceitação, acolhimento e relação entre Professor, enquanto sujeito profissional e aluno transgenero enquanto objeto de atenção e acolhimento desses, não pode ser somente baseada em dados obtidos através de coleta ou análise esses dados sob a premissa de uma teoria, mas a partir da indagação realizada que leva o Pesquisador a se debruçar sobre o tema e investigar sistematicamente o objeto do seu estudo em busca de respostas capazes de trazer essa compreensão. Compreendemos também que assim como a análise desses dados são influenciados pela história de vida do Pesquisador, os dados obtidos através das estratégias metodológicas também são perpassados, construídos e elaborados a partir das vivências sociais e políticas dos entrevistados, e trazem em si as experiências de vida desses, seu conhecimento de mundo e suas opiniões que entrelaçadas com suas experiências profissionais possibilitam que esses dados sejam permeados por suas próprias histórias.

Para a realização da pesquisa fizemos uso de metodologias de cunho científico que possibilitaram não só a busca de informação teórica para embasamento científico do presente trabalho, mas informações técnicas compostas por dados obtidos através de pesquisa e que foram usados para nortear nosso estudo e definir

o direcionamento do mesmo. A metodologia científica em um trabalho acadêmico tem como função principal, delimitar, direcionar e sustentar a originalidade do trabalho científico, assim como fornecer ferramentas para a sua realização, é ela que nos fornece as técnicas e teorias para obter os resultados desejados capazes de responder as indagações que levaram o Pesquisador a encabeçar tal empreendimento. As abordagens utilizadas para que a presente pesquisa fosse realizada, partiram do pressuposto de que mais que a necessidade da obtenção dos dados, faz-se necessário uma análise integrada entre dados e um conteúdo teórico capaz de sustentar aquilo que for revelado pelas informações obtidas, pois sem uma análise coerente e eficaz, os dados nada mais serão que um amontoado de informações sem nenhum significado. Para que tal análise fosse realizada de modo contundente, buscamos na pesquisa qualitativa os meios para a realização dessa análise. A pesquisa qualitativa é aquela pesquisa que presa pela interpretação da realidade social a partir da subjetividade dos sujeitos/objeto participantes da pesquisa, em consequência disso aborda campos complexos dos paradigmas sociais existentes na sociedade, é um método novo, com pouco mais de meio século e que se desenvolve unto com as ciências do homem, principalmente, com os trabalhos realizados pela Antropologia e pela Psicologia. A pesquisa qualitativa surge em contraponto às já estruturadas ciências da natureza e sua necessidade em quantificar para validar seus estudos.

Apesar de muitos afirmarem que os dados da pesquisa qualitativa não podem ser mensurados matematicamente, na presente pesquisa usamos do questionário semi-estruturado, onde 95% das perguntas possibilitaram respostas abertas e individuais do entrevistado, sendo que em alguns momentos essas perguntas eram antecedidas por perguntas com respostas direcionadas para Sim ou Não, as quais conduziam o sujeito entrevistado a uma ou outra pergunta. A utilização do questionário semi-estruturado teve como intuito a obtenção de forma mais precisa e segura de algumas informações quantitativas necessárias para conduzir a um acesso e abordagem dos dados para a presente pesquisa. Além de ser capaz de fornecer dados de modo seguro e confiável, o questionário semi-estruturado é também capaz de manter em sua totalidade a individualidade de cada um dos sujeitos entrevistados, individualidade essa presente nas opiniões encontradas nas respostas dadas, pois além de ser focado no assunto para qual foi proposto, o mesmo possibilita que cada entrevistado expresse-se sem se sentir constrangido ou

pressionado, visto que não há a necessidade de identificação por parte do mesmo. O questionário em questão possui dezessete perguntas, que buscou descobrir entre os entrevistados a possível experiência em sala de aula com alunos transgênero e como se deu/dá essa relação e as suas implicações sociais.

Sabemos que para além da obtenção de dados, um estudo científico é feito pela interpretação e análise desses. Em uma pesquisa qualitativa é, pois de suma importância que essa análise seja feita de forma assertiva e ética. Vivemos em sociedade, em uma trama que se entrelaçam a cada novo relacionar onde cada ser é influenciado e influencia o outro. Segundo o pesquisador social Clifford Geertz (1989), a cultura é uma teia de significados tecida pelo próprio homem e a qual ele está preso e a análise dessas tramas deve ser realizada por uma ciência interpretativa capaz de analisar analiticamente os significados dessas teias. Essa ciência segundo Geertz é a descrição densa. A descrição densa é um método que consiste em perceber as particularidades presente no discurso social, ela é interpretativa, sua função primordial é tentar salvar o 'dito' em um discurso, aquilo que se encontra no não 'dito' e que sem essa análise poderia extinguir-se. Ainda segundo o autor a descrição densa é microscópica, por sua capacidade de adentrar no mais íntimo do discurso e revelá-lo em toda a sua essência. É através da descrição densa em conjunto com a análise de conteúdo que apresentamos nosso objeto de estudo.

A análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (1977), é:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 42).

Através da análise de conteúdo podemos interpretar o conteúdo de diferentes tipos de documentos produzido em seus mais diversos formatos, No entanto, os dados que chegam ao Pesquisador estão em estado bruto e precisam ser processados para facilitar o trabalho de interpretação. Acreditamos que assim como o processamento, a interpretação desses dados não está isenta da pessoalidade do Pesquisador, o que a torna uma interpretação pessoal dos dados, uma leitura incapaz de ser neutra, pois toda interpretação é uma leitura. Esse método em sua abordagem qualitativa advém de pressupostos que auxiliam na captação do sentido

simbólico do texto, tendo como ponto inicial o contexto em que esses discursos foram produzidos, bem como a realidade social do Pesquisador e do pesquisado. Pois sem dar atenção a essas particularidades não se é possível alcançar o principal objetivo da análise do conteúdo (BARDIN, 1977). Desse modo entendemos, pois ser a análise de conteúdo um método de investigação que possui diferentes mecanismos especiais para o processamento de dados científicos, tais mecanismos são adaptáveis a diversos campos de aplicação como imagens, vídeo, entrevistas, fotografias, matérias jornalísticas, sendo que as formas a serem usadas dependem dos objetivos propostos.

Desse modo, a partir do problema de pesquisa apresentado, seria necessária uma abordagem metodológica que desvendasse a relação da experiência de vida dos sujeitos-objetos da pesquisa com o seu cotidiano profissional e as construções de sentido oriundas dessas relações e que influenciam seu modo de ver o mundo, visto que tais construções não ocorrem isoladas dos contextos que as cercam, pois sendo esse produto desse meio, são também produtoras de tais construções.

Assim, a pesquisa foi dividida em cinco etapas. A **primeira etapa** foi realizada por meio de documentação indireta através da revisão de dados bibliográficos existentes sobre o tema em questão. Foi também nessa etapa que se deu a análise da teoria sobre o transgenerismo presente em diferentes meios, sejam esses escolares, profissionais, acadêmicos ou não, assim como sobre o movimento transgenero e sua longa caminhada desde o seu surgimento até o presente, suas lutas por legitimação, seus dissabores, violências sofridas, silenciamentos e conquistas.

A **segunda etapa**, aquela em que se obtiveram dados através de questionário semi-estruturado, foi dividida em três momentos diferentes e realizada no mês de Julho de 2017, quando de visitas a unidade SENAC Centro Aracaju. Essas visitas possibilitaram a realização de conversas com diferentes personagens pertencentes ao grupo focal da pesquisa, dentre eles a Coordenadora Pedagógica Cristina que facilitou o encontro com os outros sujeitos participantes da pesquisa e que responderam as perguntas que compõem o questionário acima citado. Os dados recolhidos nesse momento serviram de base para a descrição densa do objeto da pesquisa em conjunto com a análise de conteúdo tornando possível a apreensão daquilo que Geertz chama da minuciosidades presentes no não 'dito'.

Parte, pois dessa compreensão a construção da **terceira etapa** dessa pesquisa que se utilizou dos dados obtidos para obtenção de informações. Essa etapa da pesquisa valeu-se da transcrição dos dados obtidos através do questionário semi-estruturado e da sistematização desses dados para uma melhor estruturação e aproveitamento desses. Pois, sabemos que os dados brutos apesar de muito revelarem, poucos dizem se não forem esmiuçados e direcionados a um objetivo final. Organizadas as informações, as mesmas foram divididas por categorias analíticas para que desse modo tornasse mais acessível sua a consulta e análise durante o processo de escrita. Tais dados serviram pra embasar e contextualizar o processo de escrita do presente trabalho, dando ao texto corpo e dados suficientes para torná-lo apto enquanto fonte de informação.

A **quarta etapa** constitui-se a interpretação dos dados alcançados durante todo o processo da pesquisa, ou seja, a própria construção desse texto. Essa interpretação valeu-se da Descrição Densa no modelo proposto por Geertz (1989), da análise dos dados realizada através da Análise de Conteúdo e da leitura de teóricos, dando atenção especial para um referencial focado no tema em questão, o Transgenerismo. Nessa etapa trouxemos os teóricos estudados nos primeiros capítulos e alguns outros que foram surgindo como auxílio e fundamento para a elaboração e sistematização da presente pesquisa, transformando o texto em cooperação com a escrita produzida.

Na **quinta etapa** concluímos nosso trabalho apresentando as conclusões as quais chegamos diante do diálogo realizado com teóricos e os dados adquiridos através da pesquisa de campo. É nesse momento que explanamos a necessidade de diálogos sobre identidades de gênero e os benefícios que esses diálogos possuem.

### **3. Eu e minha realidade: Experiências particulares em dados de análise**

Entendemos que o tema proposto para o presente trabalho não aborda um acontecimento novo, que pouco ocorre em nossa sociedade, ao contrário, esse é um fato corriqueiro e que está presente em todas as instituições de ensino e em outros ambientes também. Em decorrência dessa realidade, observamos a necessidade de percorrermos escrito existentes em busca de uma elucidação do tema, tal foi nossa surpresa ao descobrirmos que apesar de muito se falar sobre a causa LGBT, o tema transgenero ainda é pouco abordado, principalmente no caso da transgeridade em ambiente escolar. Percebemos ainda que entre a literatura encontrada pouco se fala sobre a condição da Escola e do Professor enquanto sujeitos produtores de comportamentos.

Sabemos ser a escola um ambiente capaz de produzir sujeitos, podemos, pois afirmar que para além de reprodutora do comportamento heteronormativo que forma a sociedade atual, a Escola, ela própria cria esse comportamento ao estabelecer condutas definidas como aceitáveis para meninos e meninas. Mas, para além dessa questão, há outra que também reflete na escola o comportamento heteronormativo da sociedade em que essa se encontra. Esse comportamento se mostra quando a escola se abstém diante de situações de chacota, violência verbal ou física contra aqueles que não se enquadram nesses padrões. Tal comportamento não condiz com o papel da escola de prover igualdade e respeito entre todos. Entenda-se aqui ao se referir à escola estamos incluindo todo o corpo docente, entre eles Coordenadores e Diretores.

Durante longos períodos, a escola desempenhou o papel de formador de cidadãos e sem se preocupar com influências externas cumpriu esse papel sem muitas preocupações, já que seus pupilos eram sujeitos que se enquadravam as regras e padrões determinados pela sociedade em que cresciam. No entanto, com o passar dos anos a escola e a sociedade viram esses padrões ruírem e toda a sua noção de comportamento ser alterado. Não conseguiram ainda se adaptar a essa mudança de paradigmas e em alguns casos seguem o modelo heteronormativo que mesmo sem igual força de antes ainda ditam as regras em diferentes setores da sociedade, sendo a escola um deles em que apesar de contraditório o mesmo ainda

se faz presente. Mesmo em ambiente escolar sabemos que comportamentos sexistas, racistas ou que manifestem intolerância étnico-racial, religiosa ou de classe são mais facilmente reprimidos, seja por aqueles que poderiam proferir tais ofensas ou por um terceiro ouvinte. O mesmo, no entanto, não se dá ao se tratar de um comportamento homofóbico, pois ainda vemos em nossa sociedade tal comportamento não apenas sendo tolerado, mas sendo visto como uma forma de afirmação da masculinidade dos homens heterossexuais.

Na escola, os comportamentos homofóbicos se apresentam de diferentes formas através de agressões físicas ou verbais contra aqueles que não se “enquadram” ao padrão heteronormativo vigente e que dita às regras de comportamento principalmente entre os homens. O conceito heteronormatividade foi criado por Michael Warner (1993) para descrever a heterossexualidade como norma a ser seguida por todos e a homossexualidade como um comportamento desviante à essa norma. Hoje podemos nomear os comportamentos agressivos praticados nas escolas como *bullying*. O termo *bullying* foi desenvolvido pelo norueguês Dan Olweus em 1970. Olweus define o termo como uma exposição repetitiva de um (a) estudante a violências físicas ou verbais com o intuito de minimizar e ridicularizar o sujeito. Essa violência pode ser manifestada por colegas, outros alunos e até mesmo por Professores, como mostra o pesquisador americano Donald Sabo (2002) ao analisar como a homofobia é utilizada dentro das práticas esportiva como um meio para “desenvolver” e provar a masculinidade. Sabo relata em seu livro *O estudo crítico das masculinidades* (2002), uma experiência vivida em sua infância durante uma aula de educação física:

Lembro-me do seguinte episódio dos meus dias como jogador de futebol na escola de segundo grau: um garoto do segundo ano chamado Brian, um rapaz grande, mas gorducho, carecia de força física e do “instinto assassino” que, segundo nos ensinavam, era preciso para ser um bom jogador. Num dia quente e úmido, o treinador Shumock decidiu dar uma lição naquele rapaz. Chamou todo o grupo de defesa e obrigou o Brian a bloquear cada um de nós, um depois do outro. O tempo inteiro, o treinador o atormentava: “Quantas irmãs que você tem em casa, Brian? São seis ou sete? Quanto tempo demorou sua mãe para descobrir que você era menino, Brian? Quando foi que você deixou de usar vestidos como suas irmãs, Brian? Talvez o Brian gostaria de fazer uns biscoitos para nós amanhã, meninos. Você é mole, Brian, talvez mole demais para este time. O que vocês acham, meninos, O Brian é mole demais para nosso time?”. A provação continuou durante uns dez minutos, até o Brian desmoronar-se, exaurido e chorando. O treinador tinha vencido. Tive pena de Brian, talvez ele não fosse uma “fera” de bom jogador, mas estava lá, suando e se maltratando fisicamente como todos nós. No entanto, eu percebia que “ser

mole” tinha de ser evitado a qualquer custo. Em última instância, me aliava com o treinador e o resto do time, me identificava “para cima” com a hierarquia masculina, em solidariedade com o time, e não “para baixo” com a vulnerabilidade e o sofrimento de Brian. Hoje eu sei que as mensagens homofóbicas do treinador ficariam comigo muito tempo, muito tempo depois das lágrimas de Brian secarem no sol daquele dia quente. (SABO, 2002, p. 38-39).

Sabemos que comportamentos violentos praticados por Professores ocorrem em menor número que aqueles cometidos por alunos. No entanto não podemos negar o fato de que situações como a relatada por Sabo são praticadas e passam “despercebidas” por serem consideradas naturais. Seja praticado por Professores ou por outros alunos o *bullying* é responsável pela evasão escolar de um considerável número de estudantes, principalmente ao se tratar do *bullying homofóbico*, além de ser também a razão de tentativas, se não da concretização de suicídios por parte de jovens que sofrem ao serem vítimas de chacotas e ridicularizações por expressarem identidades de gênero ou sexuais diferente daquilo que lhes são esperados. Entenda-se e inclua-se nesse quadro, principalmente alunos (as) adolescentes transexuais e travestis que por terem maior dificuldade em manter o padrão normativo heterossexual, tornam-se vítimas mais acessíveis a esse tipo de violência. Mas não são os únicos, visto que, gays e lésbicas também sofrem ao tentar esconder sua real orientação sexual, já que como diz Guacira Louro (1997), o silêncio também é uma forma de violência. Durante a análise dos dados coletados para o presente trabalho acreditamos termos entrado em contato com tais silenciamentos ao nos ser apresentado que 81% dos Professores da unidade SENAC Aracaju nunca tiveram um aluno (a) transgênero 19% desses Professores afirmam ter tido alunos transgênero. 19% responderam já ter tido um aluno (a) trans e que o identificaram através do seu comportamento ou por livre identificação desses (as) alunos (as).

No entanto como os dados acima nos mostra é pequeno o número daqueles que se permitem mostrar ou que se deixam reconhecer por aqueles que lhes cercam em um ciclo de silenciamento e de sofrimento. Com consequência do silenciamento desses corpos e daqueles que fingem não ver tais acontecimentos, a violência, ela mesma em si, soma-se a “violência simbólica”, e faz com que a vítima seja um coadjuvante na legitimação à agressão sofrida. A falta de assistência por parte dos Educadores ou de outros profissionais da instituição escolar diante das cenas de

assédio moral contra estudantes LGBT pode resultar seqüelas futuras nas vítimas e nos agressores.

Pesquisas realizadas com jovens vítimas de bullying homofóbico na França apresentaram dados assustadores. Em todos os casos, a constante indiferença e negligência de adultos próximos, foram na opinião das vítimas mais traumatizante que a própria violência em si. (VERDIER e FIRDION apud NARDI, 2008). Nunca é demais trazer a atenção para o fato de que este estado de negação e de passividade por parte de adultos que poderiam agir como salvaguarda desses jovens constitui, pelo menos, uma forma passiva de homofobia. Esse mesmo silenciamento também se traduz em omissão e em homofobia velada, quando estudantes que expressam sua identidade sexual e de gênero diferente dos padrões heteronormativos sofrem violência e Professores e/ou a instituição escolar evitam discutir o tema da diversidade sexual e de gênero na escola.

Em muitos casos, existe por parte de Professores e escolas a falsa idéia de que ao falar sobre o tema da diversidade sexual e de gênero, se possa influenciar outros jovens (BRITZMAN, 1996, p. 79-80). Essa falsa idéia é uma conseqüência da falta de informação e de preparo dos educadores assim como de todos aqueles que compõem o quadro de funcionários de uma instituição escolar. Entretanto, para além da capacitação ou não do profissional em educação, muitos desses direta ou indiretamente ainda promovem seus comportamentos e empatias baseados em suas crenças e opiniões pessoais, as quais podem ter como base questões religiosas que em sua maioria são geradoras de opressão e preconceito. Em uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – MEC/INEP em 2009 sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, baseada em uma amostra de 18,5 mil alunos/as, Pais e Mães, Diretores/as, Professores/as, Funcionários/as, verificou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual. Acreditamos ser a falta de informação a razão de um percentual tão elevado, como mostram os dados trazidos pela nossa pesquisa ao questionar aos Professores da unidade SENAC Aracaju se os mesmos conheciam o tema transgenero 90,% disseram que sim contra 10% cuja resposta foi não ou se absteve em responder. Já ao responderem sobre a ocorrência de debates a respeito do tema transgenero, as respostas alcançaram a margem de 100% afirmando ser esse pouco discutido em sala de aula ou mesmo em algum evento escolar. Mesmo acreditando que a escola tem um papel fundamental na aceitação e sociabilidade de

peças transgênero, como vemos na fala de *“a escola precisa se fazer participativa no sentido de trabalhar com os alunos de modo a evitar a ocorrência de atitudes preconceituosas e hostis, evitando assim que o aluno [transgênero] sinta-se excluído”* (grifo do autor) (Informação confidencial; dados da pesquisa)<sup>4</sup>. Do mesmo modo, mas não atingindo a mesma margem foram as respostas para a pergunta sobre ser o tema pouco conhecido, cujas respostas positivas foram de 86%, contra 0,5% das negativas. É importante que o tema da homofobia, transfobia, identidade de gênero e sexual seja trabalhado pelas escolas com mais ênfase e empatia, de forma consciente e informativa fazendo cumprir aquilo que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1997) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1997) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), em qual a educação sexual abordando tais temas é um dos eixos transversais que deve ser desenvolvido pelas escolas.

Mas e quando o pai pede ajuda ao profissional da escola, como esse deve proceder? Ao realizar a análise dos dados obtidos para realização dessa pesquisa, 95% dos entrevistados responderam que aconselhariam esses pais a receberem seus filhos com amor e a aceita-los, pois *“o apoio da família é o alicerce para o transgênero possa enfrentar as inúmeras barreiras que a sociedade impõe para quem tem a opção sexual diferente da considerada “normal”*” (Informação confidencial; dados da pesquisa)<sup>5</sup>. Já 5% desses, aconselhariam esses pais a procurarem um profissional para serem mais bem orientados de como lidar com a situação. Os dados obtidos na pesquisa também nos revelam que 86% desses Professores acreditam que (a) os alunos (as) transgênero não devem ser tratados (as) de forma diferente dos seus demais colegas. Vemos aqui que 100% dos dados nos trazem a informação de que os Professores da Unidade SENAC Aracaju, acreditam que os pais devem lidar de maneira harmoniosa e afetuosa com seus filhos transgêneros *“porque independente da sexualidade ele [s] é um ser humano”* (grifo do autor) (Informação confidencial; dados da pesquisa)<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Professor x<sup>1</sup>: Psicólogo, 34 anos.

<sup>5</sup> Professor x<sup>2</sup>: Técnico em Segurança do trabalho, graduado em Saneamento ambiental, 30 anos.

<sup>6</sup> Professor x<sup>3</sup>: Pedagogo, 46 anos.

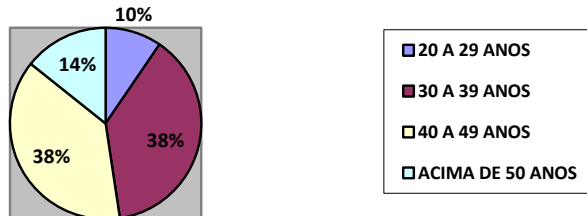
Em casos como esse, a escola tem papel de extrema importância na transformação e na transmissão destes valores, pois assim versa o artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz: “*Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.*” (BRASIL, 1948, p. 1). A sala de aula, assim como toda escola é um lugar privilegiado para estimular debates a respeito das diferenças étnicas, de classe, de identidades de gênero e sexuais, e por isso deve se tornar “[...] *uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade*” (HENRIQUES *et. al*, 2007 apud PEREIRA; BAHIA, 2011 p. 62). No entanto para que a escola consiga realizar um trabalho nessa perspectiva, faz-se necessário que seu corpo docente esteja preparado pra tal tarefa, que a escola forneça aos seus docentes seminários, discussões com profissionais capacitados para orientar sobre o tema, participações em congressos, grupos de estudos, todas as ferramentas possíveis que a Instituição possa fornecer para que seus profissionais se sintam preparados para trabalhar o tema da identidade de gênero e sexual em sala de aula e também para que os mesmos estejam aptos para lidar com situações de violência contra alunos (as) transgenero. Durante nossa pesquisa, constatamos que tal preparação é vista como algo importante para os Professores pesquisados, visto que 90,% deles afirmaram ser de suma importância que o professor esteja preparado para lidar com situações de preconceito contra pessoas transgenero.

É de suma importância que a escola deva discutir assuntos universais, trazendo para eu espaço físico a compreensão de que não sendo somente a norma da heterossexualidade pode ser vista como natural e universal. A escola não pode enquanto instituição que educa para a vida, excluir a sexualidade de estudantes LGBTs, ela enquanto formadora ideológica precisa fazer com que a discussão da diversidade sexual e de gênero seja um tema discutido no currículo escolar. Os docentes devem ser encorajados a assumir sua responsabilidade no combate a homofobia e todo e qualquer tipo de preconceito dentro e fora do ambiente escolar, esse deve ser um dos princípios para uma educação plural e inclusiva.

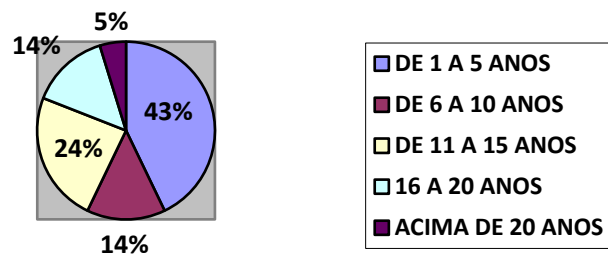


## GRAFICOS

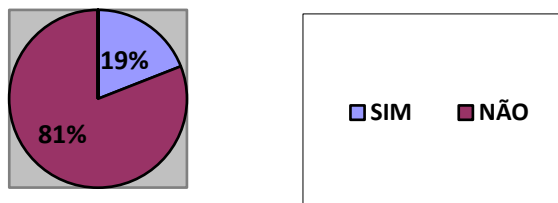
### 1ª QUESTÃO: QUAL SUA IDADE E FORMAÇÃO ACADEMICA?



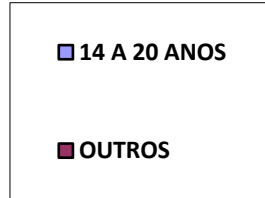
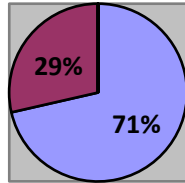
### 2ª QUESTÃO: HÁ QUANTO TEMPO LECIONA?



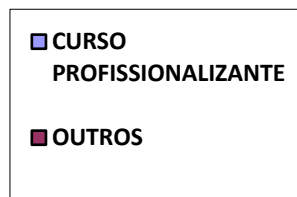
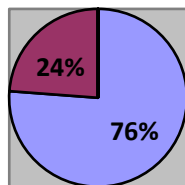
### 3ª LECIONA EM MAIS DE UMA ESCOLA? SE SIM, PUBLICA OU PRIVADA?



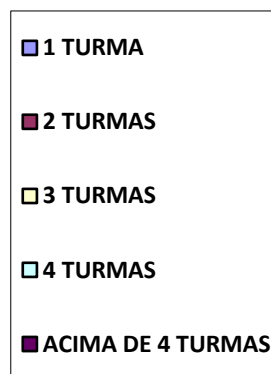
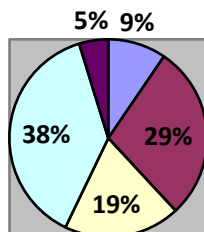
**4ª QUESTÃO: QUAL A FAIXA ETÁRIA DE SEUS ALUNOS?**



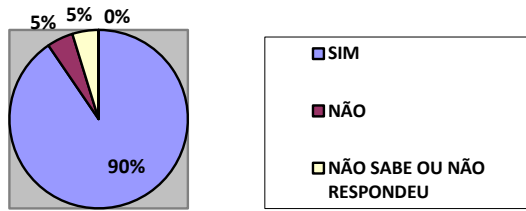
**5ª QUESTÃO: QUAIS SÉRIES/ANOS LECIONA?**



**6ª QUESTÃO: EM QUANTAS TURMAS LECIONA?**



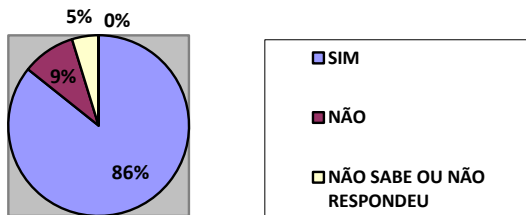
**7ª QUESTÃO: VOCÊ CONHECE O TEMA TRANSGENERO? SIM OU NÃO?**



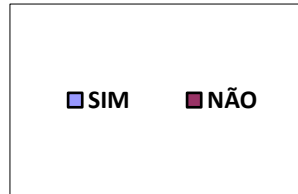
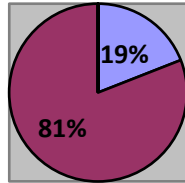
**8ª QUESTÃO: O QUE VOCÊ ENTENDE TRANSGENERIDADE/TRANSGENERISMO?**



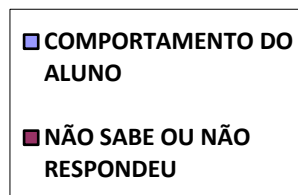
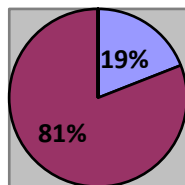
**9ª QUESTÃO: VOCÊ ACREDITA SER O TEMA TRANSGENERO POUCO CONHECIDO?**



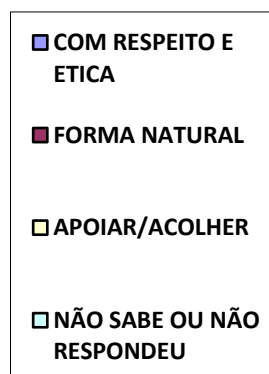
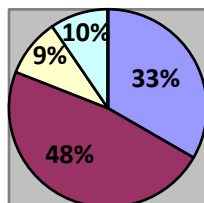
**10ª QUESTÃO: VOCÊ JÁ TEVE OU TEM ALUNO TRANSGEÊNERO? SIM OU NÃO?**



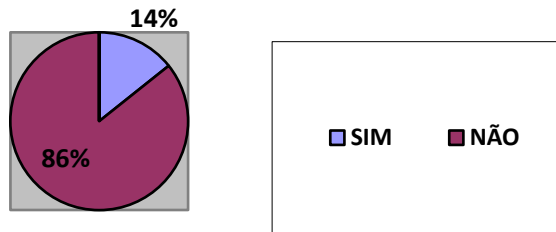
**11ª QUESTÃO: COMO SE DEU O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO/RECONHECIMENTO DA TRANSGENERIDADE?**



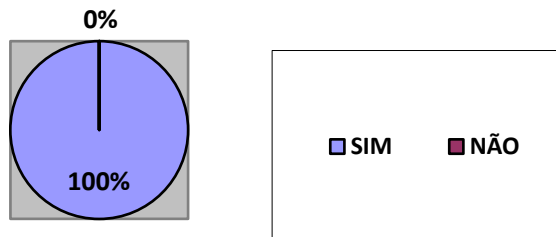
**12ª QUESTÃO: NA SUA CONCEPÇÃO SOBRE O TEMA, COM O PROFESSOR DEVE AGIR/COMPORTAR, AO SE DEPARAR COM UM ALUNO TRANSGENERO?**



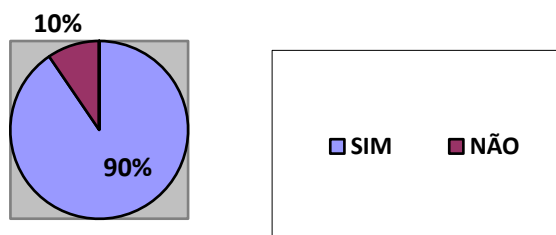
**13ª QUESTÃO: É NECESSÁRIO O PROFESSOR TRATAR DE FORMA DIFERENCIADA O ALUNO TRANSGENERO? SIM OU NÃO?**



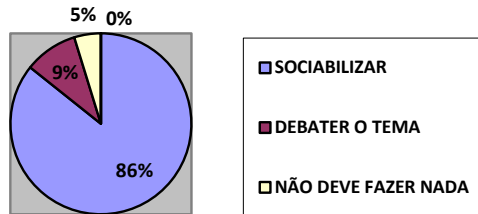
**14ª QUESTÃO: VOCÊ CONSIDERA O TEMA TRANSGENERO POUCO DISCUTIDO NA ESCOLA? SIM OU NÃO?**



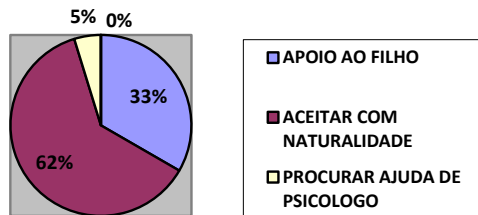
**15ª QUESTÃO: VOCÊ ACHA IMPORTANTE O PROFESSOR ESTAR PREPARADO PARA O TEMA TRANSGENERO? SIM OU NÃO?**



**16ª QUESTÃO: EM SUA OPINIÃO QUAL O PAPEL DA ESCOLA COM OS ALUNOS TRANSGÊNEROS?**



**17ª QUESTÃO: SE UM PAI OU MÃE DE UM ALUNO PROCURASSE VOCÊ PARA PEDIR UM ACONSELHAMENTO SOBRE UM FILHO (A) TRANSGENERO, O QUE VOCÊ DIRIA?**



#### 4. Considerações Finais

No presente trabalho vimos que se faz urgente a necessidade de discutir o tema transgenero na escola não somente como conteúdo informativo ou disciplinador para os alunos, mas que o mesmo precisa ser feito entre os Professores enquanto formação e aperfeiçoamento para que esses saibam como agir diante de situações de violências contra pessoas transgenero dentro do ambiente escolar. E também, para que os mesmos saibam como proceder ao constatar a presença de um aluno (a) transgenero, assim como impor caso seja necessário o respeito a esse por todos os outros discentes.

Como vimos na parte histórica desse trabalho o transgenerismo não é uma doença e, portanto, não há o que ser curado. O transgenerismo nada mais é que uma das muitas possibilidades de identificação sexual existente e valida assim e como o heterossexualíssimo e deve ser vista entendida e aceita dessa forma. É inaceitável que se pense o contrário diante de todas as discussões e estudos realizados até o presente momento.

Os dados obtidos durante nossa pesquisa de campo nos revelaram que os Professores da unidade SENAC centro Aracaju acreditam ser o tema transgenero pouco discutido na escola, e em conseqüência, ser o mesmo pouco conhecido. Sabemos que o tema da identidade de gênero é um dos temas transversais indicado pelos PCNs para discussão e trabalho em sala de aula. No entanto pelas respostas obtidas percebemos que mesmo sendo um dos temas de trabalho aconselhado pelo MEC, o mesmo não é trabalhado em sala de aula ou pela escola de uma forma geral, o que implica em muitos casos na desinformação e na prática de violência contra pessoas transgenero praticada não somente por outros alunos, mas também por Professores.

Os números de violência contra pessoas transgenero são tão altos, quanto os índices de violência contra mulher, homossexuais e negros. Isso por que todas as minorias que por não se encaixarem no padrão heteronormativo são brutalmente atacadas em uma tentativa frustrada em conter os assim chamados “desvios” de conduta.

Ainda existem em nossa sociedade pessoas que acreditam que a cultura heterossexual é a correta e que comportamentos desviantes devem ser reprimidos para evitar mau exemplo. Seguindo essa linha de pensamento Escolas e

Professores evitam discutir a identidade de gênero em sala de aula por achar que podem influenciar alunos a se descobrirem gay, esquecendo eles ou até mesmo não sabendo que a identidade sexual não é uma escolha feita aleatoriamente, e sim que a mesma se dá pelo auto reconhecimento de si enquanto tal.

A não discussão do tema na escola traz consigo inúmeras conseqüências, entre elas a evasão de alunos transgênero que em razão da violência sofrida sentem-se acuados, constrangidos e violentados em seu direito de ser o que quiserem, comprometendo assim o futuro desses. É necessário entendermos que a escola assim como seu corpo docente precisa tomar partido em situações de transfobia, homofobia ou em qualquer outro tipo de ação que fira o direito de outrem, é papel da escola interferir nesses casos a fim de evitar afastamentos dos assim chamados vulneráveis e eventualmente situações mais graves.

A Escola e os Docentes precisam entender que este afastamento e indiferença praticados por eles podem alimentar o cinismo e a violência contra aqueles que não se encaixam no padrão heteronormativo e conduzir à naturalização do inaceitável, produzindo uma resignação ao intolerável e a esses parâmetros éticos ainda subsistentes.

O diálogo se faz importante. Não dialogar e não preparar o Professor para essas vivências aumenta o silenciamento sobre o tema e a invisibilidade dos sujeitos trans. A escola enquanto educadora tem papel de suma importância na aceitação e acolhimento desses sujeitos, não podendo se manter omissa diante da importância social em se discutir tal tema.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Maraisa Oliveira. **Conflitos no Registro Público de Transexuais e as Garantias do Direito de Personalidade Revisado**. São Paulo: Lulu.com, 2014

ATHAYDE, Amanda V. Luna de. **Transexualismo masculino**. Arq Bras Endocrinol Metab. Vol 45, n. 4, p. 407-414. Agosto 2001.

BETIM, Felipe. **‘Cura gay’: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação**. El País-Brasil. Setembro de 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454\\_712122.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html)> Acesso em 30 de Setembro de 2017.

BENTO, Berenice. **A reinvenção corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006..

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. Caderno SECAD. **Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**. Brasília: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - MEC/INEP 2009. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade\\_apresentacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf) > Acesso em: 18 de Novembro de 2018.

Butler, J. (2003). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARRARA, S. & RAMOS, S. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro, CEPESC, 2005.

CASTEL, Pierre-Henri. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia “fenômeno transexual” (1910-1995)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111. 2001.

Conselho Federal de Psicologia. **Ata de audiência. Decisão Liminar**. Disponível em:<<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decisao-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>> Acesso em: 30 de Setembro de 2017.

Conselho Federal de Psicologia. **Conselho Federal de Psicologia interpõe agravo de instrumento contra liminar relacionada à Resolução 01/99**.

Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/conselho-federal-de-psicologia-interpoe-agravo-de-instrumento-contra-liminar-relacionada-resolucao-0199/>>. Acesso em: 30 de Setembro de 2017.

**El País- Brasil A sociedade inteira está discutindo a ‘cura gay’**. Saímos vitoriosos. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/20/politica/1505941371\\_475167.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/20/politica/1505941371_475167.html)>. Acesso em 25 de Setembro de 2017.

Facchini, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Pré-UNIVESP, Nº 61, Ano: Dezembro 2016/Janeiro 2017. Revista Online. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.Wgx655edZ0w>> Acesso em: 08 de agosto de 2017.

**G1 - STJ decide que transexual pode mudar sexo no RG mesmo sem cirurgia**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-decide-que-transexual-pode-mudar-sexo-no-rg-mesmo-sem-cirurgia.ghtml>> Acesso em: Setembro de 2017.

GARII, Barbara. "**Transgender Movement**." Encyclopedia of Activism and Social Justice . 2007. SAGE Publications. [online] Disponível em: <[http://www.sage-reference.com/activism/Article\\_n867.html](http://www.sage-reference.com/activism/Article_n867.html)> Acesso em: 03 de Agosto, 2017.

GGB, Relatório 2016. **Assassinatos de LGBT no Brasil Disponível** em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>

Acesso em: Outubro, 2017.

GIFFIN, K., 1994. **Esfera da reprodução em uma visão masculina**: considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de gênero. Physis, 4:23-40.

Gomes, Carlos Magno: **Os Estudos de gênero como modelo de leitura**. In: Dias, F. A; Pacheco, L. C Ana. **Gênero, trans e multidisciplinar**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. 1 reimp. Rio de Janeiro. DP&A, 2011. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos**. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. JUNQUEIRA, R. D. (org.). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LAGO, Mara Coelho de Souza; TONELI, Maria Juraci Filgueiras; BEIRAS, Adriano; VAVASSORI, Maria Barreto; MÜLLER, Rita de Cássia Flores. **Gênero e pesquisa em psicologia social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Genero, sexualidade e educacao**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi **Sexualidade, Deficiência e Gênero**: reflexões sobre padrões definidores de normalidade in: *Diversidade sexual na educação: problematização sobre homofobia nas escolas* : org rogerio diniz junquiera.

NARDI, Henrique Caetano. **O Estatuto da Diversidade Sexual nas Políticas de Educação no Brasil e na França: A Comparação como Ferramenta de Desnaturalização do Cotidiano de pesquisa**. Revista Psicologia & Sociedade; nº 20, Edição Especial: 12-23, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea04.pdf>. Acesso em: 05 de Novembro 2018.

OLIVEIRA, Anay Stela; KNÖNER, Salette Farinon. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: what we know and what we do**. Oxford: Blackwell Publishing, 1993.

**O MOVIMENTO E A LUTA POR DIREITOS LGBT: O Reconhecimento da Diferença no Campo Social e Jurídico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.faminasbh.edu.br/upload/downloads/201112061943159622.pdf>>.

Acesso em: 10 de Agosto 2017.

RELATÓRIO 2106. **ASSASSINATOS DE LGBTs NO BRASIL**. Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em 01 de Novembro de 2017.

Ribeiro. P. R. C.; Soares G. F.; Fernandes. F. B. M. **A Ambientalização de Professores e Professoras Homossexuais no Espaço Escolar**. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*.

**ROSSI, Alexandre José DO GUETO À AVENIDA: 30 Anos de Luta do Movimento LGBT e a Conquista Programa Brasil sem Homofobia**. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario4/trabcompletos\\_estado\\_lutas\\_sociais\\_e\\_politicas\\_publicas/Trabcompleto\\_do\\_gueto\\_a\\_avenidade.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario4/trabcompletos_estado_lutas_sociais_e_politicas_publicas/Trabcompleto_do_gueto_a_avenidade.pdf)>. Acesso em: 12 de Agosto 2017.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal, 2005. Disponível em: <[http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf)>. Acesso em: 10 de Junho, 2017.

SCHILT, Kristen. **"Transsexual."** Encyclopedia of Gender and Society. 2008. Disponível em: <[http://www.sageereference.com/gender/Article\\_n427.html](http://www.sageereference.com/gender/Article_n427.html). Acesso 24 Abr. 2010 > Acesso em: 15 de Julho, 2017.

Pinsky, Carla: **Gênero**. In: **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2015.

SABO, Donald. **O estudo crítico das masculinidades**. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs.). **Gênero plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.p. 33-46.

SCOTT, Joan Wallach; **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez.1995, PP.71-99.

STOLLER, Robert. **Masculinidade e Feminilidade: Apresentações de Gênero**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

WARNER, Michael. **Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 11 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. p. 7-72.

## **ANEXOS**

## QUESTIONÁRIO

- 1- Qual sua idade e formação acadêmica?
- 2- Há quanto tempo leciona?
- 3- Leciona em mais de uma escola? Se sim, pública ou privada?
- 4- Qual a faixa etária de seus alunos?
- 5- Quais séries/anos leciona?
- 6- Em quantas turmas leciona?
- 7- Você conhece o tema transgênero? Sim ( ) Não ( )

Se sua resposta for sim, vá para pergunta 8, se sua resposta for não vá para pergunta 9.

8- O que você entende por transgêneridade/transgenerismo? (vá para pergunta 9).

9- Você acredita ser o tema transgênero pouco conhecido?

10- Você já teve ou tem aluno transgenero? Sim ( ) Não ( ). Caso resposta seja sim vá para pergunta 11, caso seja não vá para a pergunta 12.

11- Como se deu o processo de identificação/reconhecimento da transgeneridade?

12- Na sua concepção sobre o tema, como o professor deve agir/ comportar, ao se deparar com um aluno transgênero?

13- É necessário o professor tratar de forma diferenciada o aluno transgênero?  
Sim ( ) Não ( )

14- Você considera o tema transgenero pouco discutido na escola?  
Sim ( ) Não ( )

15- Você acha importante o professor estar preparado para o tema transgenero?  
Sim ( ) Não ( )

16- Na sua opinião, qual o papel da escola com os alunos transgenero?

17- Se um pai ou mãe de um aluno procurasse você para pedir um aconselhamento sobre um filho (a) transgênero, o que você diria?